

COLECCIONA

FICHÁRIO D@ EDUCADOR AMBIENTAL

vol. 2 / Ano 1
setembro - outubro 2008

NOTÍCIAS DA IEA

- Notícias Gerais da Educação Ambiental

IPÁG 3

TEXTOS PARA SE PENSAR A IEA

- Educação Ambiental na Escola
- Educação Ambiental Vivencial

IPÁG 5

COLETIVOS EDUCADORES

- CE da Bacia do Paraná III - CEBILINC
- CE da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê

IPÁG 17

SALAS VERDES

- Salas Verdes: espaço de articulação e transformação
- Sala Verde Pindorama - Sala Verde Ribeirão Santa Bárbara

IPÁG 27

COLETIVOS JOVENS E COM-VIDAS

- Em Coletivo Vivendo a Diversidade da Juventude na Amazônia

IPÁG 33

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Missão Técnica de Formação em São Tomé e Príncipe

IPÁG 37

EDUCOMUNICAÇÃO

- Educomunicação: de movimento popular a ciência

IPÁG 41

AGENDA DA IEA

- Eventos e Cursos para @ EducadorAmbiental

IPÁG 47

INDICA-SE

- Livros e Publicações voltados à Educação Ambiental

IPÁG 53

CAIDASTRIE-SIE

Caso tenha interesse em receber em seu endereço eletrônico este material, por favor, envie um e-mail para o educambiental@mma.gov.br com o assunto: recebimento Coleciona: fichário do EA, ou através de nossa página na internet.

COLABOIRE

O recebimento dos textos é um fluxo contínuo, isto é, não há prazos para envio dos mesmos.

DICAS PARA O ENVIO: não determinamos número de páginas ou linhas, nem mesmo tipo de fonte ou corpo da letra, uma vez que nosso objetivo é a participação de todos(as). Caso haja a necessidade de alterar o tamanho do documento ou conteúdo, o autor será notificado e a publicação se dará mediante aprovação do mesmo.

OPIÑIE

Envie sua opinião sobre o conteúdo e o formato deste material para o educambiental@mma.gov.br, com o assunto: opinião Coleciona: fichário do EA. Se possível, nos comunique sobre seu envolvimento com atividades de Educação Ambiental.

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.

Fica autorizada a publicação total ou parcial do conteúdo deste fichário, desde que citada a fonte.

O conteúdo dos eventos e cursos são de inteira responsabilidade de seus organizadores/coordenadores.

VI ENCONTRO REGIONAL DE EA EM ÁREAS DE MANGUEZAL: UM PLANO DE SUCESSO

No dia 26 de julho, dia do Manguezal, encerrou-se o **VI Encontro Regional de Educação Ambiental em Áreas de Mangue, região NE II (RN, PB, PE, AL, SE e BA) - Ereaam** -, organizado pela Secretaria de Recursos Hídricos dos Estados de AL e SE, em parceria com a Edumangue. O evento foi realizado no Teatro Sete de Setembro, Penedo - Alagoas.

Na oportunidade foram discutidos assuntos relativos a revitalização do rio São Francisco, bem como os efeitos do desvio de suas águas sobre o ecossistema manguezal, situado em sua foz.

Durante o evento foi lançado o livro: **"Ecofisiologia do manguezal"**, de autoria da Profª Drª Solange Nascimento, do Estado de Sergipe, e mais cinco cartilhas educativas, entre elas o manual **"Pesca com bombas é crime"**, elaborado pelo Laboratório de Nectologia/UFBA.

Ao final do evento, a Associação Brasileira para Educação Ambiental em Áreas de Manguezal - **Edumangue** -, entregou à cidade de Jequiá da Praia, situada no litoral sul do Estado de Alagoas, uma placa de tombamento da cidade na condição de - **"Jequiá, a cidade dos manguezais"**. Nesse local implementa-se a Resex do rio Jequiá.

Essa é a segunda ação da Edumangue no sentido de incluir o manguezal como símbolo nessas localidades. No ano passado, durante o VI Ereaam - Itaparica, concedeu-se à cidade de Maragogipe - BA, o título de **"Capital nacional da Educação Ambiental em áreas de manguezal"**.

O VII Encontro Regional de Educação Ambiental em áreas de Manguezal - NEII -, será realizado em Marechal Deodoro, Alagoas, em 2009.

CIM RECEBE PRÊMIO POR SUA ATUAÇÃO NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE

O Centro de Integração da Mulher - CIM - recebeu, no dia 27 de junho de 2008, o **Selo Ambiental - ONG Amiga do Meio Ambiente**.

A cerimônia de entrega ocorreu na Câmara Municipal de Guarulhos premiando diversos trabalhos em defesa do Meio Ambiente.

O CIM foi homenageado pela formação do **NEA - Núcleo de Educação Ambiental** - que tem por objetivo a formação de educador@s e alun@s na conservação ambiental, com vistas à igualdade de gênero.

O Núcleo é coordenado pela bióloga **Paula Alves dos Santos** que integra também o **NAPP - Bio** (Núcleo de Atividades, Projetos e Pesquisas da Fahog).

O Prêmio é uma importante consideração a pessoas, movimentos e instituições que atuam na esfera ambiental.

O CIM se encontra na:
Rua Luiz Faccini, 467 - 3º andar - Sl. 31
Centro - Guarulhos - SP - CEP 07110-000
Tel. 11 6332-7237
E-mail: cim.mulher@gmail.com

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA: escolarizar o ambiente ou ambientalizar a escola? Eis a questão

Zara Faria Sobrinha Guimarães ¹

...E disse Deus: Eis que vos tenho dado toda a erva que dê semente, que está sobre a face de toda a terra; e toda a árvore, em que há fruto que dê semente, ser-vos-á para mantimento.

E a todo o animal da terra, e a toda a ave dos céus, e a todo o réptil da terra, em que há alma vivente, toda a erva verde será para mantimento; e assim foi.

E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom; e foi a tarde e a manhã, o dia sexto.

...Havendo, pois, o SENHOR Deus formado da terra todo o animal do campo, e toda a ave dos céus, os trouxe a Adão, para este ver como lhes chamaria; e tudo o que Adão chamou a toda a alma vivente, isso foi o seu nome.... (GÊNESES:1 e 2)

Cansado da solidão o Deus criador ansioso criou, em sete dias, todas as criaturas da terra, incluindo o homem, feito de barro e o chamou de Adão (que em hebraico significa homem da terra vermelha). Coube a Adão a tarefa de nomear todas as criaturas viventes da Terra e tal nomenclatura perdurou efetivamente até 1735 depois de Cristo quando, um botânico sueco *Karl von Linné*, conhecido por *Lineu*, propôs regras para classificar e denominar animais e plantas as quais atingiram a atualidade.

Conforme a história cristã, o tempo passou no paraíso e as criaturas e o criador viviam em total harmonia, não havendo diferenciação entre eles.

Contudo, com o tempo, o Deus criador decepcionou-se com as ações humanas em relação ao paraíso criado. Arrependido, o criador resolveu extinguir toda sua criação enviando para a terra um grande dilúvio. Mesmo zangado, no entanto, pediu a Noé, um de seus servos de caráter íntegro, para que salvasse um casal de cada criatura vivente em uma grande embarcação – conhecida como Arca de Noé. Dessa forma, encontra-se na Bíblia descrito o primeiro projeto de educação ambiental para a preservação da natureza.

...Farás na arca uma janela, e de um côvado a acabarás em cima; e a porta da arca porás ao seu lado; far-lhe-ás andares, baixo, segundo e terceiro.

Porque eis que eu trago um dilúvio de águas sobre a terra, para desfazer toda a carne em que há espírito de vida debaixo dos céus; tudo o que há na terra expirará.

Mas contigo estabelecerei a minha aliança; e entrarás na arca, tu e os teus filhos, tua mulher e as mulheres de teus filhos contigo.

E de tudo o que vive, de toda a carne, dois de cada espécie, farás entrar na arca, para os conservar vivos contigo; macho e fêmea serão.

Das aves conforme a sua espécie, e dos animais conforme a sua espécie, de todo o réptil da terra conforme a sua espécie, dois de cada espécie virão a ti, para os conservar em vida.... (GÊNESES 6: 14 a 22)

Salvos do dilúvio e, ao encontrarem a terra nova, os animais sobreviventes se espalharam pelo mundo livremente assim como os descendentes de Noé que repovoaram a terra, retirando dela seu sustento, coletando e caçando, como parte integrante da natureza. Mas aos poucos se distanciavam dela se apropriando de suas dádivas, impactando seus ambientes... E, dessa forma, recomeçaram um novo ciclo destruidor, que, provavelmente, está desagradando o criador, que deve estar pensando em uma nova forma de extermínio...

Antes do extermínio, porém, algumas tentativas: os descendentes de Noé aspiram criar um processo educativo que consiga formar cidadãos capazes de minimizar suas ações impactantes no planeta.

Com a interpretação - um tanto biológica - da escritura sagrada, inicio esse ensaio na tentativa de analisar a maneira pela qual foi construída e está sendo mantida, no ensino formal, a necessidade pedagógica da educação ambiental.

Prefaciando o livro de Moacir Gadotti (2000, p.11)², Antônio Joaquim Severino afirma ser a prática da educação muito anterior ao pensamento pedagógico, surgindo como prática fundamental da espécie, fato que promove a distinção entre o modo de ser cultural dos homens do modo natural de existir dos demais seres vivos.

É fato que a educação primitiva era essencialmente prática fundamentada na visão animista que contemplava, entre outras coisas, a relação que os homens deveriam ter com seu ambiente na busca de sustento, proteção e respeito. Essa relação era considerada espontânea, natural e limitada a satisfação das necessidades do presente imediato. Dessa forma, o processo educativo não era desvinculado da educação para o ambiente. O homem caçava, coletava frutos e raízes para seu sustento e de seu clã obedecendo aos princípios naturais de conservação e de uso sustentável pois, se assim não o fizesse, morreria de fome no próximo ciclo do tempo.

O conhecimento advindo dessa aprendizagem era transmitido aos jovens pelos componentes mais velhos e mais experientes do *clã* de maneira ritualizada, utilizando sons, gestos, símbolos e pinturas. Ao descobrirem, ao acaso, que as sementes dos frutos consumidos germinavam dando origem a novos frutos, o homem primordial ia deixando de migrar para outras regiões, iniciando seu processo de sedentarização. Porém, foi se tornando necessário o acúmulo de recursos alimentares e, com isso, surgiram as relações de poder: quem tivesse coletado, aprisionado ou estocado alimentos em maior quantidade prosperava, quem por ventura não conseguisse o estoque necessário, se afiliava a quem os tinha, devendo para isso obrigações e submissão: a natureza se torna, dessa maneira, uma forma de poder.

Dando saltos na história, a visão animista passou a ser modificada preocupando-se mais com a formação do homem integrando ao ambiente construído - *a polis* - e a cultura da sociedade numa influência recíproca em detrimento das relações que o educando tinha com seu ambiente (GADOTTI 2000, p. 30)³.

O homem, ao se apoderar da natureza, deixou de se ver como um componente dela, sentindo-se seu dono e administrador e, tal idéia fez com que, ao longo do processo evolutivo de sua sociedade, esquecesse a educação para a convivência em seu meio devendo, no entanto, aprender a conviver com seus pares por meio de uma educação institucionalizada.

Nos tempos modernos, com a preocupante

constatação de que os recursos naturais são finitos, foi necessário que o próprio homem criasse um processo educativo capaz de contribuir para a formação de uma geração humana consciente de sua responsabilidade de manutenção da vida planetária presente e futura – a Educação Ambiental.

Para tal, reunido com outros de sua dispersa espécie, em grandes reuniões internacionais, buscou idealizar um processo educativo voltado para cuidar do planeta que ele próprio estava destruindo em virtude da ganância pelo poder da natureza – agora sua mercadoria.

Foi necessário pensar em maneiras de educar a humanidade na busca de reencontrá-la à natureza, por meio da construção de um saber capaz de estimular conhecimentos e práticas que minimizassem os danos ambientais até então provocados. E assim surgiram, na década de 70, as grandes conferências. A I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em *Tbilisi*⁴ foi uma dessas tentativas.

Sem dúvida, os fundamentos de tal Conferência foram largamente empregados na formulação de projetos que propunham ações educativas para a melhoria do ambiente - os descendentes de Noé aspiravam 'melhorar' a natureza criada por Deus.

A intenção desse tipo de evento era, e ainda é, fomentar, na população mundial, comportamentos positivos em relação ao ambiente e nada melhor que utilizar o processo educativo para atingir tal finalidade.

Durante a Conferência, o Brasil, tendo que assumir compromissos perante as outras nações, deu início às atividades ambientais educativas. Seus órgãos governamentais partiram para a proposição de projetos de ação ambiental por meio de instrumentos legais como Lei n.º 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, a Constituição Federal em seu artigo 225 que assegura a todos o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, a Lei n.º 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental reconhecendo a educação ambiental como um componente urgente, essencial e permanente em todo processo educativo, formal e/ou não-formal, as Constituições Estaduais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Agendas 21, entre outros.

Com isso, a Educação Ambiental passou a dispor de um aparato normativo que promoveu e legalizou seu adentramento aos portões escolares.

Como se acreditava que a única instância de promoção de educação era a escola, o ambiente escolar foi se tornando então um grande aliado para a convivência e socialização de saberes relativos à EA, culminando com o surgimento de atividades, mesmo que isoladas, de professores e alunos pela proteção ambiental, por meio do desenvolvimento de atividades de cunho sensibilizador na busca de minimizar a degradação ambiental acelerada pelo crescimento econômico e tecnológico.

A EA transforma-se na escola, num discurso baseado em propostas pedagógicas centradas na conscientização, na mudança de comportamentos, no uso da razão, da sistematização de conteúdos sobre ecologia, na preservação do ambiente natural.

Por ser considerada uma das vias privilegiadas de sensibilização capaz de revolucionar mentalidades e de promover mudanças sociais, a escola deveria, de alguma forma, tentar abrigar e promover a Educação Ambiental para incentivar a formação de um cidadão consciente da necessidade de agir, o quanto antes, para a manutenção da vida no planeta.

Ao longo do tempo, o processo ambiental educativo foi alterando suas feições de protetor da natureza para as de seu uso sustentável, de projetos governamentais para as demais organizações sociais, da inclusão de outras dimensões como a social e ética, indicando, assim, novos rumos a serem seguidos e novas barreiras a serem transpostas.

Dados fornecidos pelo “Primeiro Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental”⁵, em 1997, contribuem para resgatar a história dessas mudanças.

Ao analisarmos a situação da EA no passado percebemos que o processo educativo formal ocupava o terceiro lugar das atividades ambientais desenvolvidas sobre o tema, com o índice de 27,4% dos projetos analisados. As atividades de ensino mais utilizadas nos projetos eram tentativas de produção de material didático (25,1%) seguidas de treinamento dos professores (23%) e de atividades desenvolvidas no ensino fundamental (22%).

Tais taxas podiam ser explicadas pela natureza incipiente das propostas ambientais educativas da época que não contavam com o apoio de material didático – havendo a necessidade de construí-los, testá-los e avaliá-los.

Os objetivos principais dos projetos analisados pelo levantamento eram os que priorizavam a

sensibilização ambiental das crianças e jovens do ensino fundamental e médio, por meio de atividades extra-escolares, pois, a inserção do componente ambiental na escola ainda era muito discutida na comunidade de pesquisadores da educação: o grande problema era saber qual seria o local mais favorável para abrigar o processo ambiental educativo – se dentro ou fora da escola.

Era como se permitissem que a educação ambiental entrasse na escola, porém proibissem-na de entrar na sala de aula. Sem ter um local de abrigo, a atividade ambiental educativa perambulava de uma atividade a outra, e, na maioria das vezes, ficava restrita às atividades comemorativas.

Contudo, mesmo sem um consenso, a escola passou, paulatinamente, a ser considerada por alguns pesquisadores da área da educação como ambiente significativo para o desenvolvimento de atividades ambientais educativas e, dessa forma escolarizamos o ambiente.

Ao adentrar os portões escolares, o processo ambiental educativo foi transformado em questões pseudo-naturalistas que se embutem em frases repetidas e destituídas de sentido culminando em ações pontuais (e não locais) que pensam questões umbilicais (e não globais). Dessa forma, tal processo ainda não conseguiu cumprir plenamente seus objetivos, daí o questionamento do presente ensaio: escolarizar a educação ou ambientalizar a escola? – O que seria mais eficaz?

Voltando a analisar os dados do relatório de 1997, observamos que os temas dos projetos desenvolvidos no ambiente formal de ensino versavam muito mais sobre as manifestações naturalísticas de cunho local, o que, de certa forma, condizia com as prerrogativas mundiais propostas em *Tbilisi* de “agir localmente para pensar globalmente” (frase muito utilizada nos anos noventa). As atividades, cobertas de ‘estrangeirismos’ procuravam melhorar o planeta em detrimento de seu avanço desenvolvimentista.

No novo século, a escola tomou para si a incumbência de preparar os futuros cidadãos baseados em princípios ambientais. Mas infelizmente, a grande maioria das ações educativas coloca nossa espécie como único elemento do meio a ser beneficiado. Tais atividades são, em sua maioria, engessadas e possuidoras de uma visão ingênua de “salvamos o planeta de nós mesmos” ou de propiciarmos um futuro mais sustentável para as nossas próximas gerações.

O que temos percebido na escola é que existem vários tipos de discursos ambientais educativos concebendo a EA como “um treinamento em proteção ambiental” (LEFF 2001, p. 205)⁶ ou como uma “instrução que permita aos estudantes resolver problemas ambientais e lhes dê uma visão e convicções como base para um comportamento responsável com a natureza” (HUNDT, 1966 *apud* LEFF, 2001). Leff *op cit*, afirma que os objetivos da EA não serão alcançados por meio do ensino de métodos sistêmicos, de uma prática pedagógica interdisciplinar ou ainda mediante a incorporação de uma matéria de caráter integradora - como a ecologia - havendo a necessidade da criação de um “saber ambiental” (LEFF, 2001) e de sua assimilação transformadora às disciplinas que deverão gerar os conteúdos concretos de novas temáticas ambientais.

Em nosso entendimento, para que o saber ambiental possa emergir do atual sistema educacional deverá repetir a ação das larvas de uma determinada espécie de mosca que, ao nascerem, devoram sua progenitora por dentro, pois, como poderá surgir de um sistema disciplinar de ensino um saber ao qual não se impõe fronteiras?

Talvez seja por isso que Bizerril e Farias (2001)⁷ considerem que a inserção do componente ambiental educativo na escola ainda enfrenta muitas dificuldades uma vez que a dimensão ambiental é essencialmente interdisciplinar e a escola é essencialmente disciplinarizada.

Na intenção de desenvolver um “saber ambiental” como proposta de uma nova educação, Gadotti, (2000)⁸ afirma que seria fundamental que o novo sistema educativo fosse apoiado a uma visão holística centrada na liberdade individual na qual prevalece a conectividade de tudo com tudo, na interconexão de todas as coisas propondo para este fim o que chamou de “ecopedagogia” – que é a promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana (GADOTTI, 2000, p.78 -79).

A ecopedagogia é baseada na educação problematizadora de Paulo Freire⁹ e, conforme aborda Leff, 2001, sua implantação implicaria na desconstrução do pensamento disciplinar e simplificador presentes, atualmente, nas instituições escolares.

O próprio Gadotti (2000) sinaliza, no entanto, que como todo movimento novo, a ecopedagogia poderá tomar diferentes direções, inclusive contraditórias, podendo ser entendida diferentemente, como o são as expressões “desenvolvimento sustentável” e “meio ambiente”.

Carvalho, 2001,¹⁰ sinaliza que as práticas de EA, na medida em que nascem na sociedade e são incorporadas pelo campo educativo, determinam duas grandes vertentes pedagógicas: a *EA comportamental* - relacionada a necessidade e urgência de conscientizar os diferentes estratos da população sobre os problemas ambientais que ameaçam a vida no planeta valorizando a educação como agente de difusão de conhecimentos sobre o ambiente e a *EA popular* que compreende o processo educativo como um ato político, que vê a educação como agente de formação de cidadãos críticos.

A maioria das instituições escolares pratica a Educação Ambiental comportamental por entender-se como único agente de transmissão de conhecimentos.

Conforme relata Jacobi (2004)¹¹ a dimensão ambiental na educação formal se apresenta como um corpo sólido de objetivos e princípios com conteúdos e metodologias próprias que reduzem a educação ambiental a uma inserção através de temas transversais e dos projetos interdisciplinares que passam a funcionar como receitas que ditam padrões pedagógicos unificados culminando por escolarizar a educação ambiental.

Para Tristão (2004) a abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental dificilmente é efetivada nas ações pedagógicas na escola, pois para sua realização seria necessário uma descentralização de poder, além da superação da fragmentação do conhecimento.

Inversamente, se conduzirmos as atividades formais educativas de maneira a reorganizarmos a proposta pedagógica de educação ambiental para a busca da percepção da complexidade e da multiplicidade dos contextos de aprendizagem que ela pode apreender buscaremos uma prática pedagógica mais reflexiva na qual poderemos ao invés de escolarizar a EA, ambientalizar a escola.

“A ambientalização do conhecimento terá mais condições de ocorrer na medida que se promova uma reestruturação de conteúdos, em função da dinâmica da sua própria complexidade e da complexidade ambiental em todas as suas manifestações: sociais, econômicas, políticas e culturais” (JACOBI, 2004, p.28).

Talvez assim, a escola ambientalizada nos possibilite reescrever a expressão “desenvolvimento sustentável” em “desenvolvimento situado” (SILVA, 2005)¹² e a Educação Ambiental, seja incorporada ao processo educativo (ou vice-versa) não institucionalizado que finalmente consiga reintegrar homem-

natureza, não com a visão ingênua de volta à natureza do homem primordial, mas um homem-social consciente de seu papel crítico e inovador.

Não tendo como antever o que poderá acontecer com a educação se ambientalizarmos a escola ou se continuarmos a escolarizar o ambiente, mas, percebendo o caminho errante da atual proposta ambiental educativa, ponho-me a esperar pelo novo, não como uma tábua de salvação, mas simplesmente pelo processo de geração de movimento, de críticas, de análises, que poderão possibilitar novas idéias, novos compromissos, novos olhares, novas ações para a educação que idealiza o ambiente ou, para que o ambiente idealize sua forma educativa.

O que me angustiará seria ficar olhando pelas janelas de minha instituição de trabalho, aguardando a chegada das pragas que anunciarão o novo extermínio divino...

² GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo, Peirópolis, 2000.

³ Idem, p.30.

⁴ UNESCO (org.). **Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi**. Brasília, IBAMA, 1997.

⁵ MMA. Levantamento nacional de projetos em educação ambiental. 1997.

⁶ LEFF, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro, Vozes, 2001.

⁷ BIZERRIL, Marcelo; FARIA, Dóris. **Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 57-69, jan./dez. 2001. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/414/419>. Acesso em: 13 mai. 2008.

⁸ Ibidem, p.78-79.

⁹ Maiores informações ler **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

¹⁰ CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. v.2, n.2, p.43-51, abr./jun.2001.

¹¹ JACOBI, Pedro. **Educação e meio ambiente: transformando as práticas**. Rev. Brasileira de Educação Ambiental. Brasília: REBEA, n.0, p. 28-35, nov. 2004.

¹² TRISTÃO, Martha. **Saberes e fazeres da educação ambiental no cotidiano escolar**. Rev. Brasileira de Educação Ambiental. Brasília: REBEA, n.0, p. 47-55, nov. 2004.

¹³ SILVA, Gabriela Tunes da. **Sobre Raízes e Utopias:**

Caminhos Contemporâneos do Desenvolvimento Situado. UnB-CDS, Doutor, Política e Gestão Ambiental. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável., 2005. p.,187.

¹Zara Faria Sobrinha Guimarães é doutoranda da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, professora do Núcleo de Educação Científica do IB/UnB - Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/ DF. Ee-mail: zara@unb.br.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL VIVENCIAL

Rita Mendonça¹

Assim como a expressão “ambiental” veio complementar o conceito de educação, para designar um tipo de conhecimento e práticas específicos relacionados aos problemas e às soluções ambientais, a expressão vivencial complementa a educação ambiental e designa pedagogias, conceitos e práticas que buscam diversificar os mecanismos pelos quais se aprende, já que a educação ambiental, nas formas mais conhecidas e difundidas, priorizou as pedagogias fundadas na informação e na sua transmissão.

O processo educativo da educação ambiental vivencial considera os indivíduos de forma integral, incluindo e priorizando o aprendizado através do corpo, dos sentidos e da percepção mais sutil de si mesmos, dos outros, do mundo, da natureza, e dos processos vitais que dão origem e sustentam a vida, cuidando para que as informações científicas não se interponham na interação de aprendizagem e mascarem ou inibam os processos de natureza mais delicada.

A integração do corpo das propostas vivenciais se justifica pela consideração de que o corpo é um elemento muito importante para a aprendizagem. Isso pode parecer óbvio uma vez que a sede de nosso cérebro está no corpo e é nele que nossas memórias ficam armazenadas. Apesar dessa evidência, nosso cérebro é tão complexo que nos permite abstrair a realidade de forma que podemos percorrer enormes distâncias no tempo e no espaço sem nos deslocarmos fisicamente. Podemos aprender na abstração, sem perceber a participação ativa e decisiva do corpo. “Usamos o cérebro para tornar nosso próprio corpo um objeto. Originalmente, esse processo de criação de imagens destinava-se a organizar a experiência. Agora, ele tomou o lugar da experiência corporal.” (KELEMAN, 1999). Ou seja, temos tendência a não perceber a base física (das percepções, dos sentidos, das emoções que

formam registros corporais) das experiências que temos e a viver baseados nas imagens que fazemos das coisas e não nas relações diretas que temos com elas.

Nossa educação tradicional baseia-se nessa possibilidade que temos de conhecer sem vivenciar as informações e sem inseri-las num contexto, ou seja, sem se comprometer com o conhecimento e sem transformá-lo num saber. Podemos – e é o que mais fazemos - apreender conhecimentos revelados pela experiência de outras pessoas, mesmo que esse conhecimento não nos faça sentido. Assim, criamos um sistema educacional formal muito complexo e extenso em conteúdo. Na escola, alguns conhecimentos são verificados em aulas de laboratório; em outras situações são realizados estudos do meio, mas essas estratégias de ensino consideram o sujeito que aprende separado daquilo que é aprendido, que o conhecimento pode existir em separado daquele que aprende. Essa é a diferença fundamental entre o ensino convencional e o vivencial.

No aprendizado vivencial, é o corpo inteiro que aprende, não só o cérebro, e ele aprende por que interage com o que deve ser aprendido. As vivências permitem que a pessoa se aproxime de si mesma, fazendo com que o aprendizado se torne autêntico, pois é seu próprio corpo que vai produzir o conhecimento. Para realizar as vivências é preciso estar presente, sensível aos sinais de seu corpo, perceptivo ao que está acontecendo nos ambientes externo e interno, dando menos espaço às idéias e aos pensamentos e emoções difusos e esparsos que normalmente costumamos ter. Estando plenos no aqui e agora, saímos do mundo exclusivo das idéias e observamos as diferentes formas que um estímulo repercute em nosso corpo. Via de regra, essa repercussão no corpo é bem diferente da imagem que faríamos se estivéssemos imaginando apenas aquela situação. Como

exemplo, a sensação térmica, tátil, olfativa e sonora ao realizar um exercício no meio de uma floresta tropical é fundamentalmente diferente da sensação que advém da imaginação da mesma situação. Os registros corporais são diferentes. O aprendizado sobre o fluxo de energia e de matéria, sobre as relações ecossistêmicas, sobre a presença humana na natureza, sobre os contextos planetário e cósmico será diferente se tudo isso fosse “ensinado” na sala de aula. Como nos esclarece Stanley Keleman,

“Quando idealizamos a imagem em lugar da experiência corporal, nós nos descobrimos vivendo na imagem. Atualmente, grande parte da sociedade se organiza de maneira que se coloca à parte da sua própria natureza. A natureza tornou-se uma fotografia, uma idéia, um símbolo, uma imagem no cérebro – e o mesmo aconteceu com o corpo. Vivemos na imagem do corpo, não no corpo” Kelleman (1999).

A educação “vivencial” é especialmente importante na educação ambiental, uma vez que esta última pretende lançar nos indivíduos a percepção de sua responsabilidade sobre o que acontece no mundo, e de sua participação num todo maior que inclui o passado, o presente e o futuro. Pretende, portanto, que os conceitos sejam internalizados e transformados em comportamentos inovadores e criadores de novos modos de viver, de novas culturas.

Nessas três décadas de experimentação em EA, muitos avanços foram alcançados. No entanto, ainda paira a pergunta sobre sua capacidade de exercer influência sobre a vida cotidiana no mundo de hoje, nos cidadãos de todas as culturas do mundo. No fundo, ela tem influenciado de forma menos decisiva do que o necessário nas opções que as sociedades modernas e industriais vêm fazendo. Isso ocorre possivelmente por que nos discursos, nas falas, nos projetos e propostas existe algo que está “da boca pra fora”, que não entra em contato com o que está da pele pra dentro: nosso senso de responsabilidade não atinge as manifestações inconscientes de nossa natureza. Temos condicionamentos, temos hábitos culturais, familiares, individuais. São as limitações que sentimos necessidade de construir ao longo de nossa história para moldar nosso viver. Será preciso tocá-las, transcendê-las para nos aproximarmos dos objetivos primeiros da educação ambiental de melhorar nossos comportamentos e formas de convivência na e com a Terra. Vivemos um conflito interno entre os nossos desejos conscientes e os que não estão tão conscientes assim, e que são dirigidos por nossos condicionamentos. Como tomar consciência das ilusões nas quais estamos mergulhados?

Segundo o filósofo norte-americano Jacob Needleman, nos projetos educacionais, estamos habituados a trabalhar com conceitos, teorias, hipóteses, distinções, comparações, “que são instrumentos organizadores das percepções em padrões de consciência lógica denominados explicações. (...), mas eles não despertam novas percepções, novos sentimentos.” Ou seja, não abrem os canais necessários para a internalização de nossos desejos de participar da formação de um mundo mais harmônico e, pelo menos, ambientalmente mais equilibrado. Diz Needleman: “O alcance dos conceitos não ultrapassa o nível de consciência em que vive o homem.(...) É necessária a ativação de uma energia mental inteiramente nova.(...)”

A contradição entre os aspectos intelectuais e emocionais do indivíduo continua, e, pior, ela é rapidamente velada e amenizada pelas ações que desejam inovar, mas que não conseguem ultrapassar a barreira, sólida, construída pela tradição educacional baseada na transmissão de conceitos e teorias. A educação ambiental vivencial pode abrir oportunidades para fazer emergir novos sentimentos sobre novas relações, conduzindo a novas formas de pensar, abrindo espaços para ações criativas e transformadoras. Se a vivência for positiva, bem elaborada e conduzida, pode deixar no indivíduo a convicção, percebida corporalmente, de que a construção de novas relações com o mundo é possível e de que as raízes dessa construção encontram-se nele mesmo, na memória corporal da experiência que teve. Ele adquire, assim, uma maior autonomia para pensar sobre si mesmo e seu estar no mundo, empoderando-se para observar suas limitações e os pressupostos que subsidiam suas ações.

É importante considerar que, se de um lado o foco apenas no conhecimento científico, na organização e transmissão de informações, pode ter um resultado limitado por não ter ressonância no corpo das pessoas – apesar dos apelos alarmistas e realistas – para gerar processos de mudança de comportamento, por outro lado, apenas trabalhar com questões emotivas e focadas nos sentimentos, ainda que essencial, também não é, por si só, suficiente para gerar as mudanças necessárias. É preciso que os processos educativos atuem no centro da vontade, onde se localiza nosso reservatório de motivação e energia para a ação. E, evidentemente, apenas a vontade não gera mudanças, pois estas precisam ser fundamentadas, compreendidas e capazes de gerar processos de criatividade que consigam tirar os indivíduos do círculo vicioso em que vivem. O conhecimento precisa se tornar consciente. A natureza humana precisa ser considerada por inteiro, para que

seus diferentes aspectos se tornem conscientes e se interconectem.

Sem o processo de ampliação da consciência corremos o risco de estarmos criando um mundo dissociado das leis que o originaram e o regem. Corremos o risco de buscar supremacia sobre ela e perdemos assim nossa fonte de sentido. As vivências, que proporcionam um maior desenvolvimento dos aspectos afetivos, maior percepção dos conceitos e interações e abrem espaço para tocar no núcleo da vontade são, portanto, complementares aos processos educativos que focam nas informações e conhecimentos. E integram um conjunto de conhecimento mais amplo, pois prepara para aprender a viver. Ainda que sejamos responsáveis pela criação do mundo (do mundo humano), estamos subordinados às leis que regem a vida. Conhecer tais leis é fundamental (eis a contribuição da ciência), mas é preciso sentir a vida, e isso não é fácil. Precisamos nos aproximar daquilo que pulsa, daquilo que nos une, que nos coloca juntos nessa Terra. Enquanto educadores precisamos desenvolver mecanismos que ajudem as pessoas e a nós mesmos a sentir o pulsar da vida. Existe um pulsar que está muito além das formas diversas que a vida tem para se manifestar. Essa percepção amplia a visão que cada um tem do mundo em que vive. Esse pulsar da vida é melhor e mais facilmente percebido quando entramos em contato com o mundo natural. Daí a importância das vivências com a natureza.

Vivências com a natureza

O termo vivências com a natureza foi definido para designar, em português, a expressão *sharing nature*. Corresponde a uma visão de mundo e uma pedagogia específicas, e estão integradas ao contexto da educação ambiental vivencial por consistir numa proposta de experimentação de conceitos, de observação das emoções, sentimentos e pensamentos, e por contribuir, de forma subjetiva e muito forte, para a conservação da natureza. Aparentemente genérico esse nome designa uma abordagem própria, voltada para um conjunto de práticas a serem realizadas em ambientes naturais em que o foco está na interação COM a natureza, e não simplesmente na natureza ou para a natureza. O termo natureza é aqui entendido também de forma ampla, mas se relaciona especialmente a tudo o que é vivo, ou faz parte dos ciclos da vida (o que inclui os minerais, os seres humanos, etc).

Nas Vivências com a Natureza o educador naturalista Joseph Cornell, propõe processos de auto-conhecimento, de abertura para a experimentação com os seres vivos e um profundo

conhecimento e respeito pela natureza humana. Sua finalidade maior é tocar no mais elevado nível dessa natureza (a humana), propiciada pela sua interação com os ambientes naturais. Acredita que vivemos de forma artificialmente muito afastada desses ambientes e que não é só do mundo selvagem de que estamos afastados: nesse mesmo processo, nos afastamos também de nós mesmos; desconhecemos as possibilidades de assumirmos relações mais interessantes e verdadeiras com o outro. A compreensão dos significados mais profundos de nossas ações tem ficado cada vez mais distante em nossa sociedade.

As Vivências com a Natureza partem do pressuposto de que as pessoas que vivem no mundo urbano e industrializado trazem, em seu modo de vida, toda a história humana que os antecedeu, e que essa história, caracteriza-se, entre inúmeros outros aspectos, pelo alto desenvolvimento tecnológico e um distanciamento, às vezes radical, do mundo natural. Pressupõe ainda que esse distanciamento seja o fator causal dos inúmeros problemas, desequilíbrios, ameaças ambientais que a sociedade mundial sofre atualmente. As vivências com a natureza obviamente também nascem no meio das contradições acumuladas por milênios de civilização, de experiência de transformação da natureza em artefatos. E se propõem justamente a lidar com essas contradições e conduzi-las suavemente a novos estágios de relacionamento, das relações de cada um com o mundo humano e o não humano. Se nos tornamos, ao longo de nossa história, afastados ou inimigos do mundo selvagem, elas propõem uma reconciliação. Considerando a complexidade da experiência humana, elas oferecem possibilidades de experimentação, não pretendendo acertar ou ser definitivas em cada ato, em cada experiência. Permite-nos ser como somos: contraditórios e plenos de possibilidades. A proposta das vivências com a natureza considera ainda que a consciência não é algo que se impõe ou se ensina mas que se amplia durante toda a experiência da vida. Tais vivências têm como instrumento o processo de acalmar a mente e possibilitar às pessoas a observar a própria experiência, o próprio sentir e pensar.

Acreditando profundamente no potencial humano de evolução, de superação de suas limitações e de ampliação de consciência, as Vivências com a Natureza se propõem resgatar a experiência subjetiva direta com a natureza, como forma de ampliar o repertório de sentimentos, emoções, percepções, conhecimentos e compreensões de cada pessoa, para que se enraízem e tornem-se ativos na constituição das experiências futuras.

A concepção pedagógica das Vivências com a Natureza

Para que as experiências com a natureza sejam transformadoras, o educador, aquele que lidera o grupo nesse contato, deve, ele próprio, ser educado e ter condições de harmonizar suas práticas costumeiras a uma proposta de integração, inclusão, receptividade e liberdade. Dessa forma, o educador deve considerar que:

1- Seu papel é de conduzir as pessoas a se reconciliarem com a natureza. Ele é um mediador. Suas palavras e gestos devem expressar os fundamentos desta proposta. Deve, ele próprio, ter passado por experiências de profunda interação com a Natureza e, em seu trabalho, compartilhar o que sente e compreende e não propriamente ensinar. Deve desfazer a relação hierárquica entre professor/monitor/líder/aluno e favorecer o ambiente de interação e troca. Naturalmente, aquele que tem mais experiências e mais profundas, terá mais o que compartilhar. Dessa forma ele fará jus à sua posição de educador, mas nunca de forma impositiva e tácita, daquele que sabe mais. Pode acontecer que, em determinados aspectos, os participantes tenham mais a compartilhar que o educador; e isso deve ser estimulado e apreciado.

2- O sucesso da experiência depende da energia do educador. Há muitas coisas para comunicar, mas a mais importante de todas é a qualidade afetiva que ele expressa enquanto atua. Deve saber ouvir, perceber a dinâmica do grupo e permitir que as pessoas tenham a própria experiência. O educador deve preocupar-se em criar um ambiente leve, alegre e receptivo, agindo ele próprio de acordo. Não é necessário preparar grandes discursos. Essa é uma pedagogia do momento presente; ele deve preparar-se para estar tranqüilo e atento. Saber conduzir a atenção de cada um dos participantes e estar ciente de si mesmo e de seus próprios sentimentos e anseios no momento de contato com o grupo. Para ajudar o grupo a se acalmar e concentrar a atenção ele tem como ferramenta principal a metodologia do Aprendizado Seqüencial.

Contribuições sociais das Vivências com a Natureza

Integração social - Nas experiências com grupos comumente excluídos socialmente, tais como os grupos em situação de risco, populações de baixa renda, deficientes, etc, observa-se um resgate da dignidade e da sensação de pertencimento, promovendo um momento de acolhimento e preenchimento afetivo que podem contribuir nos programas de integração social

desses grupos. Essa contribuição vem no sentido de empoderar as pessoas, de forma que possam integrar-se socialmente e modificar o contexto de injustiça social em que vivem, pois mesmo quando as questões materiais são resolvidas, ainda restam as cicatrizes nas formas de sentir-se em sociedade.

Conservação da Natureza - As visitas aos ambientes naturais protegidos contribuem para a conservação da natureza, pois promovem um impacto mínimo se comparadas aos grupos de visitantes convencionais. Os visitantes caminham com suavidade, conversam em voz baixa ou ficam em silêncio durante as atividades. Desenvolvem movimentos suaves com o corpo não assustando os animais, compactam menos o solo e criam atmosfera de interesse e empatia com a natureza.

Cultura de Paz - As dinâmicas oferecidas proporcionam uma experiência de harmonia e calma interior, que são trazidas para o convívio entre as pessoas para que tenham a oportunidade de aprimorar suas relações, tocando no ponto essencial da existência de cada um, de forma a sentir a unidade existente entre todos os seres. Assim, podem contribuir também para a construção de uma cultura de paz.

Aprofundamento

Para conhecer as atividades, jogos e dinâmicas propostos por Joseph Cornell recomendamos o livro "Vivências com a Natureza 1", publicado em português pela Editora Aquariana em 2005. Em inglês recomendamos: *Sharing the joy of nature*, *Listening to Nature* e *Journey to the heart of Nature*. Sobre o trabalho da *Sharing Nature Foundation* no Brasil: www.institutoroma.com.br e no mundo: www.sharingnature.com.

Sobre as relações entre mito e corpo, é fundamental a leitura do livro de Stanley Keleman, com entrevistas com Joseph Campbell, Mito e corpo, publicado pela Summus Editorial. Para a compreensão sobre o significado dos mitos e sua influência em nossa sociedade leia também O poder do mito, de Joseph Campbell, também disponível em DVD, no mercado.

Carl Gustav Jung, célebre psicanalista que viveu no século 20 e fez contribuições fundamentais para a compreensão de nossa psique considerava o afastamento da relação direta com a natureza como uma das causas mais importantes da formação da cisão mental e dos desequilíbrios psicológicos graves manifestados pelos homens modernos. Seus escritos sobre a natureza foram organizados por

Meredith Sabini no livro *The Earth has a soul, - The Nature writings of C.G. Jung*, Berkeley, North Atlantic Books, 2001.

O biólogo Humberto Maturana, estudioso das bases biológicas do conhecimento humano, escreveu com Gerda Verden-Zoller o livro “Amar e brincar- fundamentos esquecidos do humano”, em que examinam os fundamentos da condição humana que permeiam o afetivo e o lúdico. Mostram como a cultura do patriarcado, da qual somos herdeiros, nos levou à atual situação de autoritarismo, dominação, competição predatória, desrespeito aos outros seres humanos ou não, e vêem a democracia como uma forma de convivência que só pode existir e ser eficaz entre adultos que tenham vivido, na infância, relações de total aceitação, características das culturas matrísticas, e que o brincar e o desenvolvimento afetivo são essenciais desse período, constituindo-se assim as bases fundamentais para a formação de adultos psicologicamente aptos para a convivência democrática e para a sustentabilidade.

Os livros “Conservar e criar - Natureza, cultura e complexidade”, e “À sombra das árvores - transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extra-classe” fundamentam as vivências com a natureza desenvolvidas pelo Instituto Romã, destacando a importância das experiências com o mundo natural na formação das bases necessárias para a constituição de relações psicologicamente equilibradas e sustentáveis das pessoas consigo mesmas, na convivência com os outros e nas suas formas de pensar e de construir o mundo em que vive.

Edgar Morin em uma série de livros que destacam a importância de uma compreensão mais ampla do processo educativo, é o autor da Teoria da Complexidade, em que analisa a história humana baseando-se na observação das estruturas de pensamento que dão origem às ações, ao longo da história humana, destacando

Para refletir, baseando-se em sua experiência pessoal

- Como você diferencia a Educação Ambiental Vivencial comparando-a com os caminhos educativos não vivenciais?
- Quais são as principais diferenças nas posturas do educador na educação ambiental vivencial em comparação à educação ambiental não vivencial? Quais são os fatores que limitam o educador ambiental a ensinar por suas atitudes?
- De que formas o corpo aprende? Que são

registros corporais do aprendizado?

- O que significa “interagir com o que deve ser aprendido”?
- O desejo de construir para si um modo de vida ambientalmente responsável é comumente enfraquecido por justificativas relacionadas aos desejos, preferências individuais e a limitações definidas pelos contextos históricos, cultural, familiar, etc. Identifique exemplos em sua vida pessoal.
- Por que as explicações não costumam ser suficientes para despertar novas percepções e sentimentos nas pessoas?
- “Criamos um mundo dissociado das leis que o originaram e o regem.” Que leis são essas?
- Quais são as evidências de que carregamos conosco a história humana que nos antecedeu?
- O que são “Vivências com a Natureza”?
- É possível ter experiências diretas com a Natureza sem passar pelos conceitos e teorias?
- Como tomar consciência de nossa própria consciência?

Vivências com a Natureza na prática

O Instituto Romã de Vivências com a Natureza tem como missão difundir os fundamentos e o método do Aprendizado Seqüencial, desenvolvidos pela *Sharing Nature Foundation*, como forma de promover processos educativos com a Natureza fundamentados no compartilhar de experiências, sentimentos e saberes tendo em vista a ampliação da consciência humana e a conservação da natureza.

Oferece duas vezes ao ano a Oficina de formação de educadores multiplicadores do Aprendizado Seqüencial, em uma Unidade de Conservação do Estado de São Paulo. Esta Oficina tem também sido oferecida em outros estados, neste caso em parceria com instituições locais. Estes educadores formam uma rede e participam dos eventos promovidos pelo Instituto Romã, que desenvolve também diversos programas para empresas, organizações públicas e do terceiro setor. Para conhecer os programas e cadastrar-se, visite o site: www.institutoroma.com.br.

Para praticar desde já sugerimos utilizar como referência de atividades o livro “Vivências com a Natureza 1”, e desenvolver com seus grupos

visitas interativas e concentradas nas Unidades de Conservação de sua região. Estas visitas podem ser de grande contribuição para a conservação da natureza, pois imprimem nos indivíduos o senso de pertencimento e respeito e criam assim uma demanda pessoal e consciente pelas áreas protegidas, além de promoverem bem estar e favorecerem a compreensão dos intrincados processos nos quais estamos imersos.

Referências bibliográficas

CORNELL, Joseph. **Vivências com a Natureza 1**, Editora Aquariana, São Paulo, 2005.

_____. **Sharing the joy of nature**. Dawn Publications, Nevada City, 1989.

_____. **Listening to nature**. Dawn Publications, Nevada City, 1987.

JUNG, Carl Gustav, Sabini, Meredith (editor). *The earth has a soul-The Nature writings of C.G. Jung*, Berkeley, North Atlantic Books, 2001

KELEMAN, Stanley. **Mito e corpo - uma conversa com Joseph Campbell**, Summus Editorial, São Paulo, 2001.

MATURANA, Humberto & GERDA VERDEN-ZOLLER. **Amar e brincar-fundamentos esquecidos do humano**. Editora Palas Athena, São Paulo, 2004.

MENDONÇA, Rita. **Conservar e criar-Natureza, cultura e complexidade**. Editora Senac, São Paulo, 2005.

_____. **À sombra das árvores-transdisciplinariedade e educação ambiental em atividades extra-classe**. Editora Chromos, São Paulo, 2003.

MORIN, Edgar. **Cabeça bem feita - repensar a reforma - reformar o pensamento**. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

NEEDLEMAN, Jacob. **O coração da filosofia**. Palas Athena, São Paulo, 1991.

¹ Rita Mendonça é graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo, especialista em Planejamento Ambiental pela Unesco e mestre em Sociologia do Desenvolvimento pela *École des Hautes em Sciences Sociales*.

COLETIVO EDUCADOR DA BACIA DO PARANÁ III E ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

Valéria Casale, Silvana Vitorassi, Rosane Pletsch, Moema Viezzer¹

O Coletivo Educador da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu iniciou sua articulação no território no final do ano de 2005. As primeiras iniciativas para articulação e constituição política e institucional do Coletivo Educador, se deram através da iniciativa da Itaipu Binacional, do Programa Cultivando Água Boa e do Parque Nacional do Iguaçu.

Em 2006, iniciou-se o processo de articulação do Coletivo nos 34 municípios da região, somando 42 instituições e 34 prefeituras municipais. Neste ano, o Coletivo atuou na elaboração de um amplo processo de formação continuada de educadores e educadoras ambientais, o que incluiu:

- a elaboração do Projeto Político Pedagógico e do cardápio de aprendizagem
- a viabilização da infra-estrutura necessária para alavancar o processo educativo
- a identificação e seleção de lideranças para participarem do processo educativo.

Em 2006, iniciou o processo de formação de 300 educadores/as ambientais, numa dinâmica continuada, presencial, crítica e ativa. Este processo representou um movimento forte de conscientização regional, um momento único de cidadania socioambiental. Ao lado disso, continuou o trabalho de estruturação do Coletivo e de busca de novas parcerias estratégicas para dar suporte ao Programa na região, conectando o trabalho aos demais Coletivos existentes nos territórios brasileiros.

Em 2007, foi um ano ímpar, pois surgem, como consequência da formação, as Comunidades de Aprendizagem, ou seja, círculos de alfabetização ecológica, reunindo 115

Comunidades de Aprendizagem, somando um total de 3.000 educadores/as ambientais populares atuantes nas mais distintas partes desta região, o que significou a presença atuante de uma liderança crítica e conhecedora dos problemas sociais a serem enfrentados na região e no país. Este trabalho resultou na elaboração de um vídeo e na edição de um livro, chamados "Círculos de Aprendizagem para a Sustentabilidade", disponibilizados para o MMA.

Ainda em 2006, deu-se a Chamada Pública para a criação das Salas Verdes, tendo a região implementado 17 Salas Verdes, que servem de estrutura educadora e veículo de comunicação, informação, formação e ação em EA.

Ao lado deste processo, introduziu-se na região a educomunicação, um processo que faz da comunicação uma ferramenta de formação em assuntos socioambientais. Desta forma, também os/as comunicadores (radialistas, jornalistas etc.) foram se reunindo e colocando suas funções e estruturas a serviço da sustentabilidade socioambiental.

No ano de 2008, o Coletivo foi articulado de forma mais orgânica com outras iniciativas de Educação Ambiental, especialmente com a Rede Regional de Educação Ambiental Linha Ecológica e com o Programa de Educação Ambiental para Gestão por Bacia Hidrográfica, coordenado pela Itaipu Binacional, em parceria com o Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e as prefeituras municipais. Trata-se de um momento que revelou grande potencialidade de enraizamento e sustentabilidade da Educação Ambiental, haja vista que houve indicativos de reestruturação da EA.

Deste modo, o Coletivo Educador se reestruturou em três grupos de trabalho: formação, gestão e comunicação. Cada uma com suas

respectivas coordenações e atividades. Este se constitui num momento estratégico, pois revela um processo de descentralização da EA e maior comprometimento das instituições que participam do Coletivo Educador, o que aqui é chamado de Enraizamento e Sustentabilidade.

Sustentabilidade Política

- Fortalecimento do Coletivo Educador Regional, através de visitas da coordenação do Coletivo às instituições.

- Carta para envolver a prefeitura com a EA.

- Tensionar para criação de uma portaria municipal que garanta a participação dos representantes das prefeituras, no Coletivo.

- Enviar os convites para as reuniões do Coletivo, também, para os prefeitos/responsáveis.

- Contribuir na criação do Programa Municipal de EA de todos os municípios da região, a partir da formação já dada aos pré-candidatos/as. Em 2009, quando eleitos, iniciará um amplo processo de assessoria na área de implementação de programas de EA em nível municipal.

- Acompanhar os encontros mensais das comunidades de aprendizagem nos municípios do Coletivo Educador.

- Identificar e envolver outras instituições.

Sustentabilidade Financeira

- Definir que cada instituição se comprometa no seu planejamento anual com recursos (financeiro, humano, estrutural) para o Coletivo.

- Animar as ONGs para captação de recursos, em momentos específicos, incluindo o assunto quando da implantação de programas municipais.

- Disponibilizar para o Coletivo todos os Fundos Nacionais e Internacionais.

- Apoiar na busca de recursos financeiros por meio de outras parcerias.

- Carta de chancela para busca de recursos (MMA).

- Cadastro Nacional de CE – resolução CONAMA (MMA).

- Qualificação continuada para fortalecimento dos CE (MMA).

Comprometimento com a Continuidade

- Garantir que algumas das atuais pessoas que aprendem participando (PAP) estejam no processo na próxima gestão.

- Incluir a EA no Plano Diretor.

- Organizar o Coletivo Municipal.

- Apresentar aos gestores eleitos o cenário local e regional do Coletivo Educador.

- Substituir o PAP2, onde este não é comprometido.

A Equipe de Comunicação

- Utilização dos meios de comunicação para divulgação (assessores de comunicação dentro do Coletivo).

- Inserir o Coletivo Educador nos programas regionais de TV

- Mapear as assessorias de comunicação da imprensa regional

- Criar um *site* do Coletivo Educador

- Criação de fórum virtual e uso dos *e-mails*.

- Eventos para os comunicadores e Ascom.

- Aproveitar os eventos, encontros, estruturas educadoras, Salas Verdes.

- Continuar o processo de formação em Educomunicação.

- Mala direta – PAP 2, PAP 3 e PAP 4 para fins de viabilizar a melhor comunicação entre PAP 2, PAP 3, PAP 4.

- A dinamicidade inerente do Coletivo Educador da Bacia Paraná III e Parque Nacional Iguaçu revela que a constituição de Coletivos Educadores é processual, continuada, assim como é a formação propriamente dita em EA. É possível afirmar que a cada dia que passa, fica mais visível a importância desta instância política e formativa e o quanto ela é transformadora, pois, insere-se num novo paradigma de compreender a EA e de fazer a sua gestão.

- É assim que, na experiência do Coletivo da Bacia Parana III e Parque Nacional Iguaçu, as instituições que o compõem se encontram em níveis de participação diferenciados. Algumas instituições já assumem a Educação Socioambiental promovida pelo Coletivo

Educador como política própria, enquanto outras ainda estão em fase de diálogo institucional interno.

Até o atual momento, Itaipu Binacional e Parque Nacional do Iguaçu têm sido as instituições âncoras do Coletivo e de todo o processo de formação desencadeado por ele.

Panorama atual das Comunidades de Aprendizado

Em maio de 2008 foi enviado um questionário para cada município: PAP 2, PAP 3 e PAP 4 para se obter informações atualizados sobre a capilaridade do Programa.

Os resultados do questionário permitem perceber:

- dos 300 educadores/as que iniciaram no Programa em 2006, há, atualmente, 221 que estão facilitando Comunidades de Aprendizagem, ou seja, atuando diretamente junto ao PAP 4. Os demais participam de encontros e atividades locais, mas ainda não conseguiram organizar, de forma sistemática, a sua Comunidade;
- dos 34 municípios que compõem a Bacia Paraná III e o Parque Nacional Iguaçu, em 30 há Comunidades de Aprendizagem estruturadas e em funcionamento. Em quatro municípios não se alcançou esta capilaridade, em função de o PAP3 ter mudado de residência ou por falta de apoio por parte das instituições do Coletivo, especialmente, as instituições locais.

Neste ano de 2008, os 30 municípios possuem 119 Comunidades de Aprendizagem, somando um total de 2.983 pessoas se educando mutuamente nas questões relacionadas ao meio ambiente. Isto mostra que cada PAP3 alcança, em seu fazer educativo, em média, 14 pessoas.

Dos 30 municípios, em 21 as Comunidades estão bem articuladas e possuem:

- planejamento a curto prazo, com definição de encontros mensais ou quinzenais;
- proposição de temas a serem aprofundados;
- ações a serem implementadas;
- apoio do Coletivo Educador;
- identificação de outros atores sociais importantes para o processo à nível municipal.

Nos nove municípios restantes, as Comu-

nidades existem, mas estão desmobilizadas em função dos seguintes motivos:

- pouco apoio do Coletivo Educador local, especialmente, pela ausência de interesse dado pelo poder público municipal.
- substituição do representante no Coletivo Educador;
- os educadores/as (Pap2 e Pap3) mudaram de cidade, trocaram de empregos etc.
- dos 30 municípios onde existem Comunidades de Aprendizagem, 18 deles possuem apoio de alguma igreja, numa dinâmica introduzida pelos próprios educadores/as.

Dentre os temas abordados e áreas de atuação das Comunidades de Aprendizagem, a ordem de prioridade é:

1. Saneamento, especialmente, a Coleta Seletiva
2. Agroecologia
3. Gestão por Bacia Hidrográfica
4. Unidades de Conservação

Referências Bibliográficas

BOFF, Leonardo. **A ética e a formação de valores na sociedade**. In: Reflexão. Ano V, nº 11, out./2003. São Paulo, Instituto Ethos, 2003.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

_____. **Saber cuidar**. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. **Ética da vida**. Brasília: Editora Letraviva, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. 26ª reimpressão da ed. de 1981. São Paulo, Brasiliense. Coleção Primeiros Passos n. 38, 2005.

_____. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005.

_____. **Paulo Freire, educar para transformar: fotobiografia**. São Paulo, Mercado Cultural, 2005.

_____. **Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. Brasília: MMA/DEA, 2005.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo, Editora Cultrix, 2001.

_____. **O ponto de mutação**. São Paulo, Editora Cultrix. sd.

_____. **Sabedoria incomum.** São Paulo, Editora Cultrix, 1990.

CARTA da Terra: princípios para um futuro sustentável. Foz do Iguaçu, Edição da Itaipu Binacional, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo, Editora Gaia, 1994.

FERRARO Jr., Luis et al. **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** Brasília, MMA/DEA, 2005.

FERRAZ, Luciana. **Ecologia interior.** In: FERRARO Jr., Luiz (Org.). **Encontros e caminhos.** Vol. 3. Brasília, Ministério do Meio Ambiente (no prelo).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 5ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____. **À sombra desta mangueira.** 8ª. ed. São Paulo, Olho d'Água, 2006.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo, Editora Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 45ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

SATO, Michèle. Biorregionalismo. In: FERRARO Jr., Luiz Antonio (Org). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** p. 37-46. Brasília, MMA/DEA, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo.** São Paulo, Editora Cortez, 2006.

TONSO, Sandro. Cardápio de Aprendizagem. In: FERRARO Jr., Luiz Antonio (Org). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** p. 47-56. Brasília, MMA/DEA, 2005.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL. Foz do Iguaçu, Edição da Itaipu Binacional, 2006.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas.** Brasília, IBAMA/UNESCO, 1999.

VIEZZER, Moema; OVALLES, Omar; TRAJBER, Rachel. **Manual latino-americano de Educação Ambiental.** São Paulo, Gaia, 1995.

VIEZZER, Moema; ROCHA, José Carlos. **Comunicação e meio ambiente.** São Paulo, Cadernos da CETESB, 1987.

VIEZZER, Moema. Atores sociais que interferem na Educação Ambiental. In: FERRARO Jr., Luiz Antonio (Org). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** v. 2 Brasília, DEA/MMA, 2007.

_____. Pesquisa-Ação-Participante (PAP). In: FERRARO Jr., Luiz Antonio (Org). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** v. 1. p. 279-294. Brasília, DEA/MMA, 2005.

VIEZZER, Moema, CASALE, Valéria, DAHLEM, Roseli, PLETSCH, Rosane, VITORASSI, Silvana. **Círculos de Aprendizagem para a Sustentabilidade.** Edição ITAIPU

BINACIONAL, 2008

VIEZZER, Moema. Somos todos aprendizes. In: **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.** Foz do Iguaçu, Edição da Itaipu Binacional, 2005.

_____. Saiba mais sobre a Carta da Terra. In: **Carta da Terra.** Foz do Iguaçu, Edição da Itaipu Binacional, 2004

1- Valéria Casale é bióloga, especialista em Gestão e Educação Ambiental e consultora do DEA/MMA.

Silvana Vitorassi é pedagoga, especialista em Gestão e Educação Ambiental e Gerente da Divisão de Educação Ambiental da Itaipu Binacional.

Rosane Pletsch é doutora em Teologia e consultora do DEA/MMA.

Moema Viezzer é mestre em Ciências Sociais, escritora e especialista em Educação Socioambiental e consultora do Programa de Educação Ambiental da ITAIPU Binacional.

COLETIVOS EDUCADORES DA BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO TIETÊ

*Carlos Alberto Bachiega, Dalila Maria da Cruz Oliva, Regina Fátima Ferlini
Régis Cardoso, Rosângela Vecchia¹*

Construção do Projeto Político Pedagógico do Coletivo Educador do Baixo Tietê

A formatação do Projeto Político Pedagógico (PPP) foi iniciada em oficinas e grupos de trabalho, cujo documento base foi elaborado pelo grupo gestor segundo as orientações do documento técnico “Mínima Aproximação Prévia para Elaboração de Programas de Educação Ambiental” (Mappea), os problemas socio-ambientais identificados na região e os dados referentes no Relatório Zero do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê.

O recorte territorial do Coletivo Educador está na área abrangida pela Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê, na medida em que além de representar geograficamente os municípios da região de Penápolis (11 municípios) com elementos comuns da economia, da administração pública, dos fatores naturais como recursos hídricos, de solo e de clima, possui dados e estudos que fundamentam o projeto.

O PPP do Coletivo Educador do Baixo Tietê é fruto da construção coletiva das lideranças de 11 municípios da região noroeste do Estado de São Paulo e acumula a história, a experiência e os parâmetros do programa de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. O projeto visa estruturar uma educação ambiental sustentável, por meio de um processo continuado de formação de educadores ambientais na Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê, utilizando como metodologia encontros, seminários e repertórios da realidade regional.

Para a construção do PPP vários encontros foram realizados com os parceiros sendo que a primeira atividade foi o contato com os fundamentos da política de educação ambiental propostos pelo Ministério e de qual seria a agenda de trabalho objetivando a construção do

Projeto Político Pedagógico.

O Projeto foi construído de forma a garantir a participação e contribuição dos parceiros envolvidos no Coletivo e seguiu o seguinte roteiro:

I. Construção e aperfeiçoamento do mapeamento do território, em uma versão preliminar para apresentação durante seminário aos demais parceiros;

II. Cadastro das instituições que atuarão no processo de formação;

III. Detalhamento dos cardápios existentes no território que poderão ser utilizados no processo de formação, observando recursos financeiros, institucionais, humanos e materiais;

IV. Elaboração de proposta preliminar do Projeto Político Pedagógico a ser apresentado aos parceiros, para conclusão;

V. Divulgação do Projeto Pedagógico, junto aos parceiros e formalização das parcerias;

VII. Definição do calendário das atividades do processo de formação.

As fases I, III e IV foram executadas pelo grupo coordenador do Projeto e pela equipe da Consultoria contratada. A fase V foi elaborada por um grupo de profissionais ligados a instituições de ensino parceiras e membros da consultoria. As demais fases (VI e VII) foram desenvolvidas no mês de junho e julho por meio de reuniões realizadas em diferentes municípios.

Em cada tópico, perguntas foram levantadas orientando as discussões, acordando o processo, a escolha do PAP 3.

O material é resultado da construção do mapeamento do território. Elaborado inicialmente pelo grupo de coordenação do projeto, foi posteriormente debatido e alterado pelos parceiros presentes em seminário realizado no dia 13 de junho de 2007.

Para realização do diagnóstico situacional, os participantes foram divididos em grupos com a finalidade de identificar, na atual situação do Comitê e da Educação Ambiental na Região, quais são os pontos fortes e quais são os pontos fracos, bem como foram elencados os riscos e as oportunidades. O PPP contempla vários aspectos da região abrangida pelo projeto. Considerando as particularidades de cada território e as necessidades socioambientais levantadas, definiu-se um processo de formação de carga horária de 180 horas/aula, sendo 132 horas de atividades em grupo e 48 horas de atividades a serem desenvolvidas nos projetos de intervenção. A estrutura curricular foi proposta na forma de eixos: Eixo pedagógico, Eixo Instrumental, Eixo Específico e Eixo de Intervenção. O processo está acontecendo por meio de oficinas / aulas / passeios em diferentes localidades que só são possíveis em função dos cardápios apresentados e disponibilizados pelas parcerias.

O conhecimento de cada território é importante para uma Educação Ambiental sensibilizadora, eficaz, sendo que cada território tem suas particularidades. Um programa de Educação Ambiental para ser efetivo deve promover, simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, atitudes e habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental.

Para a construção do PPP foram utilizados os seguintes materiais:

FERRARO Jr, Luiz A. MAPPEA. **Mínima Aproximação Prévia para Elaboração de Programas de Educação Ambiental** – caderno técnico. Brasília, MMA, 2008.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê. **Relatório Zero - Relatório de situação dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê**. Lins, CBH-BT, 2001.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – disponível em: www.pnud.org.br.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. **Relatório da qualidade ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, SEMA, 2006. Disponível em: www.ambiente.sp.gov.br.

Orientações para educação ambiental nas bacias hidrográficas do Estado de São Paulo. Rede Paulista de Educação Ambiental – disponível em: www.repea.org.br.

ESPÍRITO SANTO, C. R.: **A dinâmica do desenvolvimento rural na região de Araçatuba**. Tese de doutorado Unesp/PP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Pr. Prudente, São Paulo, 2005.

1 CARLOS ALBERTO BACHIEGA é arquiteto urbanista, formado pela FAU - Universidade de Mogi das Cruzes – SP, ano de 1978. Experiência profissional - Assessor de Planejamento da Prefeitura Municipal de Penápolis, presidente da Empresa Municipal de Urbanização de Penápolis, técnico da Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Penápolis, diretor presidente do Departamento de Água e Esgoto de Penápolis, sócio e consultor da Empresa Métodos Consultoria e Projetos Ltda. e Consultor do PNUD – BID.

DALILA MARIA DA CRUZ OLIVA é formada em Magistério, pelo Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério; em Matemática pela, Fundação Educacional de Penápolis – FUNEPE; auxiliar de pedagoga no Centro de Educação Ambiental DAEP/CEA.

REGINA FÁTIMA FERLINI TEIXEIRA é bióloga, formada pela Universidade do Sagrado Coração de Jesus – USC – Bauru, professora pela Secretaria Estadual de Educação e pela Escola Técnica Agrícola de Penápolis; pós graduada em Manejo Sustentável do Solo pela Universidade de Lavas e coordenadora do Projeto Coletivos Educadores Ambientais na Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê – SP – DAEP/CEA.

REGIS CARDOSO é biólogo, formado pelo Instituto Superior de Educação Auxilium e no Magistério pelo Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério.

ROSANGELA VECCHIA é administradora pública, formada pela Fundação Getúlio Vargas, área de concentração em Economia, no ano de 1983. CRA – 020974-0, advogada, formada pelo Centro Universitário Toledo – Unitoledo de Araçatuba, no ano de 2004. OAB/SP-239480. Mestranda em Direito – Área de concentração: Teoria do Direito e do Estado – UNIVEM – Marília.

CEBILINC

O cardume de educadores do Vale do Itajaí

*Guarim Liberato Junior*¹

O Coletivo Educador da Bacia do Itajaí e do Litoral Centro Norte Catarinense (Cebilinc) comemora em novembro dois anos de atividades. Neste período, o Coletivo Educador fez o mapeamento das instituições que promovem ações de Educação Ambiental na região (diagnóstico socioeducativo), agregou novas parcerias, elaborou o marco conceitual, o marco situacional e está finalizando o marco operacional para compor o seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

A experiência de organização do Cebilinc, entretanto, é resultado de um processo histórico de articulação dos educadores ambientais da região que iniciou em 1999, quando foi realizada 1ª Conferência de Educação Ambiental do Vale do Itajaí. Neste mesmo ano, como resultado da conferência, foi criada a Rede de Educação Ambiental da Bacia do Rio Itajaí (Reabri).

A articulação dos educadores ambientais da região, anterior a formação do Coletivo, também se deu por meio de eventos municipais, intermunicipais ou mobilizações regionais, como a campanha de cidadania pela água no Vale do Itajaí, a Semana da Água, entre outras ações educativas promovidas pelo Comitê do Itajaí, como o Projeto Piava, que integra o Programa Petrobras Ambiental. Esse conjunto de ações e articulações motivaram os educadores da região a adotar a metodologia dos Coletivos Educadores proposta pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Dessa forma, em 2006, quando o MMA lançou o edital para a formação de Coletivos Educadores, o Vale do Itajaí já caminhava nesta direção. O Projeto Piava se constituía na experiência mais semelhante à proposta dos coletivos educadores, pois reunia, desde maio de 2006, um verdadeiro cardume de educadores ambientais atuando de forma coletiva na

promoção de ações voltadas para a implementação da gestão integrada da água na bacia (Lei 9433/97).

“Percebemos que tínhamos uma grande oportunidade de integrar diversos esforços de pessoas e instituições no fortalecimento da Educação Ambiental na bacia do Itajaí e região, ampliando o foco para além da gestão da água, e a proposta do MMA se adequou perfeitamente”, conta a bióloga Anja Meder Steinbach, presidente do Instituto Esquilo Verde, de Blumenau, educadora do Projeto Piava e coordenadora do Cebilinc.

A formação oficial do Cebilinc ocorreu em novembro de 2006, quando um grupo de 15 instituições, tendo a Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí (Faavi) como proponente, foi reconhecido como Coletivo Educador pelo MMA. A primeira reunião do Cebilinc ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2007, com a presença de 15 instituições, onde foi estabelecido o cronograma de trabalho para se chegar até o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Construção participativa do PPP abre novas perspectivas

A construção participativa deste novo espaço coletivo e de seu PPP abriu novas perspectivas para a Educação Ambiental na região. A análise crítica, o diagnóstico de situações e a prática cotidiana são desenvolvidos por meio da metodologia Pesquisa-Ação-Participante ou Pessoas que Aprendem Participando (PAPs). Trata-se de um processo vivencial que inclui a educação de adultos, a pesquisa científica e a ação social e política.

Dessa forma, o foco nas ações de Educação Ambiental voltadas para a gestão integrada da água, até então a articulação melhor organizada

na região, estruturada por meio do Comitê do Itajaí, é ampliado para o conjunto da sociedade, envolvendo outros segmentos, novas demandas e minorias como, por exemplo, a educação inclusiva de deficientes auditivos, representada no Coletivo pelo Centro Municipal de Educação Alternativa de Itajaí (Cemespi).

Todas as reuniões do Cebilinc são traduzidas simultaneamente na linguagem de libras para que os integrantes com deficiência auditiva participem das discussões. Temas como inclusão social, educação especial, economia solidária, cooperativismo, saneamento ambiental, redes sociais, crédito de carbono, consumo sustentável, entre outros, passaram a permear as discussões do Coletivo, que se tornou um espaço plural.

O objetivo do Cebilinc foi definido pelo grupo participante como o de integrar e articular pessoas, ações e projetos na área socioambiental, estimulando a cooperação e parcerias intra e inter-municipais, com vistas à construção de programas, projetos e ações integradas que agreguem iniciativas e o conhecimento das comunidades, respeitando a diversidade dos atores sociais envolvidos.

Para o desenvolvimento do PPP do Cebilinc foi tomado como marco conceitual a perspectiva crítica e emancipatória da Educação Ambiental. Considerando-se que esta perspectiva supere as interpretações fragmentadas e unidimensionais da realidade, ao incorporar neste pensamento a complementariedade inerente à vida.

O teor crítico e integrador da Educação Ambiental emancipatória busca abrir espaço para o diálogo entre os diversos atores sociais e saberes envolvidos, na perspectiva de uma mudança social e cultural, de emancipação individual e social e de integração no sentido de complexidade.

Busca-se assim ampliar a autonomia individual e o fortalecimento da sociedade civil organizada, orientada para uma valorização geral da vida e da liberdade, em sentido amplo, para a construção de uma nova ética, que valorize não apenas a vida humana, mas a vida não-humana.

Neste sentido, o papel do Coletivo Educador é o de promover a articulação institucional e de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, o aprofundamento conceitual e criar condições para o desenvolvimento continuado de ações e processos de formação em Educação Ambiental com a população do contexto, visando a sinergia dos processos de aprendizagem que contribuem

para a construção de territórios sustentáveis.

Internalização do Coletivo nas instituições

A experiência de construção participativa do Coletivo Educador da Bacia do Itajaí e Litoral Centro Norte Catarinense tem proporcionado momentos de intenso aprendizado coletivo e reflexão crítica. A perspectiva de aprender participando tem sido colocada em todos os encontros e atividades do Coletivo. O diálogo, a troca de saberes e de experiências têm pautado as reuniões de trabalho do coletivo, proporcionando a superação dos problemas encontrados, a formação participativa do grupo e o desenvolvimento das etapas de construção do PPP.

“A aprendizagem participativa é inerente ao processo, e, dessa forma, nos capacitamos ao elaborar o programa de formação do coletivo e nos fortalecemos enquanto coletivo”, destaca a cientista social *Katiuscia Wilhelm Kangerkski*, da ONG Pra Ver Natureza, de Penha, e também educadora do Projeto Piava.

Essa metodologia de trabalho, aliada ao resgate das ações educativas desenvolvidas pelas instituições participantes, tem facilitado a internalização do coletivo nas instituições que o compõem. A preocupação de não reinventar a roda, mas de aproveitar o potencial, os cardápios de aprendizagem, assim como as ações educativas de cada instituição, está sendo tomada como estratégia para a construção do programa educativo do Coletivo e formação de seu cardápio de aprendizagem.

Um exemplo disso foi a elaboração do marco situacional do Coletivo Educador, utilizando uma série de documentos disponíveis nas instituições parceiras e o diagnóstico participativo da bacia do Itajaí elaborado no âmbito do Comitê do Itajaí.

“Trabalhando de forma articulada e aproveitando o que cada instituição e pessoa que participa tem para oferecer, estamos construindo uma experiência inovadora, que com certeza vai reverter em benefício do nosso público-alvo, formado na sua maioria por professores da rede pública de ensino, que terão uma formação diferenciada em Educação Ambiental, fundamentada na realidade socioambiental em que atuam”, destaca a educadora Susana Beatriz da Cunha, supervisora de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação de Itajaí.

Instituições que integram o Coletivo Educador do Vale do Itajaí e Litoral Centro Norte Catarinense:

- 1.Associação Catarinense de Preservação da Natureza – Acaprena - Blumenau.
- 2.Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul – EAFRS - Rio do Sul.
- 3.Fundação Universidade Regional de Blumenau/Instituto de Pesquisas Ambientais – FURB/IPA – Blumenau.
- 4.Fundação Praia Vermelha de Conservação da Natureza – PRAVER NATUREZA - Penha.
- 5.Fundação Municipal de Meio Ambiente de Itajaí – FAMAI - Itajaí.
- 6.Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema – FAACI – Itapema.
- 7.Instituto Esquilo Verde – IEVE – Blumenau.
- 8.Rede de Educação Ambiental da Bacia do Rio Itajaí - Reabri.
- 9.Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental – Reasul Itajaí.
- 10.Secretaria Municipal de Educação de Itajaí – Itajaí.
- 11.Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR - Itajaí .
- 12.Secretaria Municipal de Educação de Navegantes – Navegantes.
- 13.Universidade do Vale do Itajaí – Univali – Itajaí.

1 Guarim Liberato Junior é jornalista, educador ambiental, mestre em Sociologia Política, facilitador da Rede de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (Reabri) e assessor de comunicação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo do Vale do Itajaí (Sicoob Blucredi).

SALAS VERDES: espaço de articulação e transformação

*Juliano Roberto da Silva Raramilho*¹

Hoje elas já são 390 espalhadas por todo o país, funcionam em prefeituras, ONGs, barcos, escolas. Promovem ações educativas, de formação de educadores, fazem articulações com as estruturas já existentes relacionadas a Educação Ambiental em todo o país.

Estamos falando das Salas Verdes. Coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de Informação e Formação Ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço que, além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental.

Sala Verde é um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais que caminhem em direção à sustentabilidade.

São estruturas que fazem e procuram, cada vez mais, promover o diálogo entre os Coletivos Educadores, com a promoção da Agenda 21, na articulação com as Conferências Infante-juvenil, propostas de resgate histórico-cultural e ambiental, dentre outras.

Essas Salas promovem a sinergia e potencializam os espaços propícios para a Educação

Ambiental nas instituições proponentes. Além disso, buscam também a multiplicação de parcerias promovendo acesso, debate, reflexão e ações práticas em Educação Ambiental.

A Sala Verde não é apenas uma biblioteca ambiental, é muito mais que isso. É uma estrutura que, de acordo com algumas experiências, nos mostra a capacidade de articulação e de transformação.

Mas num projeto grande como esse não é fácil o contato com todos ao mesmo tempo e no momento que é necessário. Para tanto, os membros participantes do projeto promovem a interação entre as Salas e com a coordenação em Brasília/DF, através de duas principais ferramentas de comunicação:

1- Lista de comunicação no Yahoo Grupos. Em rede, os membros cadastrados (e isso está aberto para quem não participa do projeto também) podem ficar informados sobre o que acontece no projeto e também colocar alguns questionamentos na “roda” para discussão e debate. Para entrar nesse grupo envie um e-mail para **ROJETOSALAVERDE-subscribe@yahoogrupos.com.br**.

2- O Blog é a outra ferramenta de comunicação criada para agilizar o contato de experiência das Salas de todo o país e proporcionar o contato com informações e oportunidades na área ambiental e da Educação Ambiental. No endereço **www.salasverdes.blogspot.com** é possível ter uma visão do que as Salas Verdes estão desenvolvendo.

E, claro, nem tudo acontece de forma virtual. Encontros presenciais foram realizados como a Oficina de Coletivos Educadores e Salas Verdes que aconteceram em todos os Estados. Outros encontros específicos também ocorreram como

é o caso de São Paulo, Rio Grande do Sul e, recentemente, do Paraná.

É um projeto que, como falamos, tem seu surgimento a partir de proposta governamental do Ministério do Meio Ambiente, mas que aos poucos vem trazendo resultados grandiosos no que diz respeito ao envolvimento, a articulação, especialmente no local onde as coisas acontecem, onde as pessoas precisam de informação, de formação e de motivação para a participação. Aqui, nesse breve texto, não citamos nenhuma sala, pessoa ou experiência, pois seríamos injustos e a proposta é instigá-los a conhecer nossos canais de comunicação que já citamos e, se não ficou satisfeito, acesse ainda www.salaverde.cjb.net.

¹ Juliano Roberto da Silva Raramilho é formado em Ciências Sociais pela Unesp, professor no Colégio Agrícola Estadual de Cambará/PR e coordenador das Salas Verdes de Cambará/PR e Canitar/SP.

SALA VERDE PINDORAMA

impulsiona atividades de Coletivos Educadores na região bragantina

Maria Cristina Muñoz¹

“Aqui na terra nós somos milhares, mais em todo lugar alguém é importante, nada é por acaso, cada ser tem a sua importância, fazemos parte de uma família, somos de uma geração, fazemos parte de uma sociedade e de alguma forma podemos mudar, transformar o meio em que vivemos, nós não nascemos prontos, somos preparados para viver, alguns são mais preparados do que outros, mas todos trazem uma semente de bondade, e esta semente regada e cuidada ao seu tempo germina e dá frutos, as sementes que hoje o coletivo planta são os frutos de uma sociedade ética, justa e ecologicamente correta”.

Eduardo J. Lisboa – agente socioambiental

Começando com atividades de Educação Ambiental formal dentro das escolas públicas municipais da cidade de Bragança Paulista/SP, a Sala Verde Pindorama deu início a suas atividades em 2007. Como a instituição proponente da Sala Verde ao Ministério do Meio Ambiente é a Secretaria Municipal de Educação, o vínculo com os processos formais era o marco central das atividades desenvolvidas.

Nesta mesma época em que a Sala Verde vinha desenvolvendo os cursos de formação continuada com os professores e os projetos nas escolas, iniciava-se na região os trabalhos do Coletivo Mantiqueira, caracterizado como um Coletivo Educador regional, pois tem como meta desenvolver seus trabalhos nas dez cidades que compõe a cabeceira da bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Dentro deste Coletivo, a Sala Verde Pindorama é um forte representante de Bragança Paulista, ativo na construção e execução do Curso de Agentes Socioambientais, tendo como resultado da primeira experiência cerca de 60 agentes formados e atuantes.

Além desse envolvimento com o Coletivo Mantiqueira, a cidade de Bragança Paulista apresentava carência no que se refere às

questões ambientais. Sendo assim, a Sala Verde Pindorama começou a ganhar mais espaço e a ser solicitada para diversas parcerias proporcionando que atividades voltadas à Educação Ambiental não-formal ganhassem força e destaque.

Dentro da perspectiva do enraizamento da Educação Ambiental, os municípios que participam do Coletivo Mantiqueira são incentivados a formar o seu Coletivo local e a Sala Verde Pindorama vem desenvolvendo importante trabalho de articulação, pois coordena o Coletivo Socioambiental de Bragança Paulista, o nome dado ao Coletivo local.

Esse Coletivo é formado por pessoas, entidades, instituições e empresas que se preocupam com a questão ambiental e que se envolvem de maneira voluntária acreditando na força do trabalho cooperativo. A participação dos Agentes Socioambientais é um importante fator de fortalecimento. O Coletivo tem como objetivos: promover ações concretas que visem a construção da sustentabilidade socioambiental por meio da educação, fazendo com que a comunidade seja protagonista desta história a partir de conhecimento, reflexão e atuação, articulando a integração de diversos setores da sociedade agregando força para ações que promovam Educação Ambiental.

O Coletivo é responsável pela sua constante formação por ser conhecedor das dificuldades e potencialidades da região e, dessa maneira, capaz de diagnosticar e interpretar a realidade, sonhar sua transformação, planejar intervenções educadoras, implementá-las e avaliá-las.

Algumas das atividades que vem sendo realizadas pelo Coletivo Socioambiental de Bragança Paulista são:

- realização do Curso de Formação Continuada em Introdução à Ecopedagogia;
- disponibilização de acesso gratuito à internet para formação dos Agentes Socioambientais;
- produção e distribuição do “Guia Ambiental”;
- produção da coluna semanal “Ambiente em pauta”, no Bragança Jornal Diário;
- formação Educação Ambiental para agentes do PSF (programa de saúde da família), no curso de Agentes Socioambientais;
- expedição fotográfica “Mananciais em Foco”;
- criação de comissão para apontar soluções coleta seletiva;
- participação na comissão organizadora do Simpósio Trajetórias Ambientais da Universidade São Francisco;
- planejamento e execução do ciclo de palestras na zona rural;
- produção de CD com vinhetas “momento ambiental” para veiculação em rádios e telefones;
- realização de oficina de jogos e teatro como instrumento de Educação Ambiental;
- criação de *site* do Coletivo Socioambiental de Bragança Paulista;
- retomada e elaboração da Agenda 21 de Bragança Paulista, entre outros.

A construção de uma sociedade sustentável como um caminho a ser percorrido requer muita reflexão, ação, perseverança e envolvimento da comunidade. A articulação entre Sala Verde e Coletivos vem fazendo com que este caminhar seja percebido como uma realidade possível, despertando um sentimento de pertencimento e esperança, descobrindo novas maneiras de caminharmos, juntos, num processo que se retroalimenta, fortalece e impulsiona para essa construção que se faz no dia a dia.

¹ Maria Cristina Muñoz é coordenadora da Sala Verde Pindorama, Bragança Paulista/SP.

SALA VERDE RIBEIRÃO SANTA BÁRBARA

Pólo de Educação Ambiental no município de Orizona.
Plantando sementes para a consciência do homem...

*Neusa Maria Canedo Eduardo*¹

O Projeto Sala Verde do MMA chegou ao município de Orizona/GO em 2003, pelo Governo Itinerante de Goiás. Era o Projeto Eco Biblioteca, uma parceria da Agência Ambiental de Goiás, do Ministério do Meio Ambiente – MMA - e do Governo Itinerante.

Como educadora ambiental apaixonada pela causa, visitei várias vezes a Eco Biblioteca e levei todos os alunos do Colégio Estadual Senador José da Costa Pereira e apresentei um memorial de fotos e projetos de Educação Ambiental realizado pela escola. Para a minha surpresa, no final do evento fui contemplada com essa maravilhosa missão, levando para a escola o Embrião da Sala Verde.

Senti-me honrada, premiada e muito pequena diante de tamanha responsabilidade de representar o MMA e de desenvolver a Educação Ambiental. Afinal, apesar da minha capacidade e de trabalhar em uma escola conceituada em Orizona, essa não apresentava recursos para receber a Sala Verde. Foi o início de um trabalho pioneiro junto ao Ministério do Meio Ambiente, em Orizona. Orgulhosamente somos uma das 45 primeiras Salas Verdes espalhadas pelo Brasil.

Inicialmente, tornei o Sala Verde conhecido expondo o material (uma caixinha de livros e fotos da Eco Biblioteca) em um cantinho da Biblioteca da escola.

Lentamente as pessoas foram conhecendo o projeto e tornando-se parceiras. O material foi chegando e fomos desenvolvendo ações.

A participação na Primeira Conferência “Vamos Cuidar do Brasil” marcou o início de um grande trabalho de Educação Ambiental em Orizona, nomeamos a Sala Verde Ribeirão Santa Bárbara, tentando fazer algo pelo único corpo

d'água que abastece a cidade e tornamos a Sala Verde conhecida e respeitada em toda região através de palestras, participação em Cursos de Formação e ministrando aulas para um grupo de alunos Amigos da Sala Verde.

Muitos foram os desafios. O maior deles foi a total falta de recursos para construir a sala. Em 2006, senti necessidade de construir o nosso espaço, uma vez que a Biblioteca já não comportava tantos livros, prateleiras doadas pelo Ministério Público, cartazes e fotos. Conclamamos a comunidade orizonense e vários parceiros para nos ajudar, através da Rádio Orizona FM. Recebemos inicialmente 3.500 mudas de frutíferas do Cerrado e de quintal como recurso. Utilizando muita criatividade, realizamos o Projeto Orizona Verde, no qual as pessoas iam à escola, compravam uma mudinha a R\$1,00, assinavam o Livro Verde e disseminavam o verde e a consciência ambiental. Assim iniciamos a construção de uma sala de aula de 45 metros quadrados. Durante um ano fizemos festas, bingos, recebemos ajuda, pedimos muito... Com a Graça de Deus, muito trabalho e determinação construímos a nossa Sala Verde, inaugurada em 21 de setembro de 2007. Não foi fantástico?

Hoje somos o Pólo de Educação Ambiental no município. Junto ao MMA, temos o reconhecimento e parceria da Secretaria Estadual da Educação, através do Núcleo de Educação Ambiental, desenvolvemos um trabalho interdisciplinar e em parceria com 20 Unidades Educacionais, somando 3.650 alunos e 330 professores. Que maravilha!

Pelo trabalho, amor à causa e busca incansável de recursos, sou considerada hoje uma autoridade da Educação Ambiental em Orizona e por todos os lugares onde passo. Conseguimos junto ao Poder Público, através de Ajustamento

de Conduta, vários recursos pedagógicos como: computador, câmera digital, mapas, DVD, vídeo-cassete, impressora, dentre outros.

Realizamos várias ações relevantes como, por exemplo, construção da Sala, Mapa Ambiental-Patrimônio Ambiental do Município a ser Preservado – “Vida e Missão em Nosso Chão”, participação da 13ª Feira de Ciências em Goiânia, participação ao Projeto Semente da SEE em Goiânia, Primeira Mostra de Orquídeas, apoio Pedagógico ambiental para os colegas educadores, Carta Verde para as micro regiões do Município de Orizona, dentre muitos outros. Temos muitos parceiros como a Secretaria Municipal de Educação, Coletivo Educador da Estrada de Ferro/MMA, SEE, Subsecretaria Educacional de Silvânia, Poder Público, Rádio Orizona FM, Coapro, Igrejas, Unidades Educacionais, Furnas... Através do Professor Hamilton Garboggine, o nosso trabalho foi levado para Angola, na África.

Somos reconhecidos e respeitados pela luta ambiental. Sempre fizemos um trabalho de formiguinha. Hoje, existe um grande formigueiro em defesa da vida junto à Sala Verde Ribeirão Santa Bárbara, ***plantando sementes para a consciência do homem...***

¹ Neusa Maria Canedo Eduardo é geógrafa, pós-graduanda em Gestão Ambiental e coordenadora da Sala Verde Ribeirão Santa Bárbara junto ao MMA.

E-mail: salaverde.orizona@yahoo.com.br
neusacaneduardo@yahoo.com.br

EM COLETIVO VIVENDO A DIVERSIDADE DA JUVENTUDE NA AMAZÔNIA: a vivência de Educação Ambiental do Coletivo Jovem de Meio Ambiente Pará

Ana Carla Tavares Franco¹

Desafio. É a palavra que vem em mente ao se pensar em Educação Ambiental na região amazônica. Especificamente no Estado do Pará, terra marcada por conflitos rurais e desigualdade social, centenas de jovens e famílias de trabalhadores em busca de seu espaço, em defender sua terra, centenas de mártires mantidos no anonimato, região onde a degradação ambiental desenfreada, alimentada pelo sistema econômico de consumo, caminha lado a lado de pessoas que só desejam um pequeno espaço para viver bem.

O Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Pará – CJ/PA - encontra-se nesse contexto e tem como missão disseminar a Educação Ambiental de e para a juventude, em busca de um mundo melhor. A temática meio ambiente está em pauta, na mídia, nos noticiários, em campanhas de *marketing* e, neste ínterim, necessita alertar a juventude sobre o que realmente deve ser tomado como verdade neste universo de informações que circulam com uma velocidade jamais vivenciada pela humanidade.

Segundo Loureiro (2007), os problemas mundiais e os locais em cada nação não poderão ser resolvidos somente com educação, visto que a educação é uma prática social e, portanto, define-se em sociedade. Porém, não será possível solucionar problemas que se manifestam política e economicamente em todo o mundo sem a educação.

Neste sentido, o CJ/PA tem como maioria absoluta de suas atividades pautadas dentro dos espaços formais de educação: a escola. E, nesse caso, mais específico, as escolas públicas. Amorim (2005) cita que a Educação Ambiental, como política de amizade, tem nos espaços públicos a sua possibilidade de invenção, considerando-se dimensões performativas da ação humana e as possibilidades de

construção das identidades que os espaço público permite. Assim, podemos verificar a importância da Educação Ambiental nas escolas, nesses espaços públicos onde se pode inovar, com grande aceitabilidade e alcançando públicos propícios a essas mudanças, justificando nossa presença e nossas atividades nas escolas.

Em 2006, foi lançado pelo Coletivo Jovem Pará o Programa Interação, com o objetivo principal de criar espaços de reflexão dentro das escolas públicas da região metropolitana de Belém. Nesse processo, envolvemos 30 escolas, 240 alunos e 60 professores que desenvolveram trabalhos bibliográficos, práticos e artísticos permeando cinco temáticas que, por pesquisa, percebemos a necessidade de trabalhá-las para a formação humana e social dentro das escolas: Felicidade, O outro, O presente e o futuro, Tecnologia e Educação.

O Programa interação foi dividido em duas etapas formativas e a última como culminância das atividades, com apresentações artísticas e premiações aos três primeiros colocados avaliados durante todo o programa. Para as premiações, foram firmadas parcerias com empresas de turismo, que forneceram passeios, e empresas de informática, que concederam bolsas de curso profissionalizante, além de publicações cedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Em momentos como este fica visível a carência que os estudantes das escolas públicas têm de espaços de reflexão como esse. Espaços que necessitam ser criados de forma a tornar interessante e importante para o cotidiano do jovem a pesquisa sobre sua realidade, seu meio, sua forma de visualizar o mundo e a consequência de suas atitudes.

Paralelo a essa carência, também nos deparamos com a dificuldade de aceitação de trabalhos de Educação Ambiental por parte da gestão da escola e, em alguns casos, pelo próprio corpo docente e pelos jovens, principalmente das zonas urbanas. Desacreditados pelos inúmeros projetos muitas vezes mal conduzidos pela iniciativa governamental e por momentos pontuais como os trabalhos escolares para o Dia Internacional do Meio Ambiente, acabam por criar uma barreira a qualquer proposta que venha a se caracterizar como novidade e não se permitem a experimentar a Educação Ambiental de forma crítica e emancipatória.

Cabe então ao Coletivo Jovem levar essa nossa perspectiva, instigando a juventude e a comunidade escolar a buscar seu senso de cidadania, para sua vivência prática, além de trabalhos eventuais. Jacobi (2005) diz que a cidadania tem a ver com o pertencimento e identidade numa coletividade. A Educação Ambiental como formação e como exercício da cidadania tem a ver com uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseado numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e o homem.

Acompanhando as últimas tendências e alicerçando a formação de cidadãos questionadores, que sejam capazes de apontar soluções para os problemas locais e conseqüentemente globais, é que a Educação Ambiental vem firmar sua importância no espaço escolar na atualidade. Além de incitar o educando a sair da perspectiva de somente detectar problemas, instigado assim a partir para a ação, trabalhando o coletivo tendo em vista uma convivência pacífica com as diversidades e vendo esta de forma positiva.

Dentro dessa grande diversidade, o CJ/PA procura abranger além da região metropolitana, buscando fortalecer a juventude nos municípios do interior do Estado. Firmando parcerias com consórcios de municípios, como o Consórcio de Desenvolvimento da Região do Baixo Tocantins (Codesei) e secretarias municipais de Educação, viabiliza sua chegada a 15 municípios. Apresentando a proposta de formação de Agenda 21 Escolar através da COM-VIDA (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola), pudemos detectar a grande aceitabilidade e sensibilidade da juventude da zona rural pelo cuidado e preservação do meio ambiente, além das boas relações humanas.

Repensando os conceitos de Educação Ambiental, o grupo busca coletivamente com os

jovens debater os problemas e buscar soluções simples, afinando o olhar sobre o que se tem absorvido sobre Educação Ambiental. Segundo Mauro Guimarães (2004), a Educação Ambiental é vista como Educação Ambiental Conservadora e Educação Ambiental Crítica, e o mesmo sugere a transição de uma para a outra. Diz sobre esta transição que acredita que as ações pedagógicas que reflitam essa compreensão devam superar a mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, assim como as ações de sensibilização, envolvendo afetivamente os educandos com a causa ambiental. Ações essas que predominam, por exemplo, no cotidiano escolar, muitas vezes sendo trabalhado isoladamente o aspecto cognitivo do afetivo no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, superar essa tendência não significa negá-las, mas apropriá-las ao contexto crítico que pretendemos no processo educativo.

Desta forma, buscamos abranger todos os agentes da comunidade escolar, mas devido às dificuldades estruturais e por se configurar um trabalho voluntário, muitas vezes as atividades não saem da forma e com a qualidade que almejamos. Assim, merece destaque o Projeto COM-VIDAS pelo Pará, enviado pelo CJ/PA na ocasião do edital FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para COM-VIDAS, lançado em 2006, onde tivemos nosso projeto aprovado. O projeto deu início as suas atividades em Janeiro de 2008, envolvendo 13 municípios do Estado onde já existiam dez COM-VIDAS e com construção de mais onze COM-VIDAS, abrangendo um total de 21 escolas e com período de acompanhamento por um ano.

No processo de mobilização e chegada aos municípios, bem como apresentação do projeto às secretarias municipais de Educação, a aceitação foi excelente e o projeto aumentou o número de escolas envolvidas para 38, com perspectivas de abranger ainda mais escolas.

A maioria das COM-VIDAS relata que a chegada do projeto veio em boa hora, pois, estas precisavam fortalecer suas articulações e organização interna, assim como os jovens e o corpo docente ficaram bastante interessados nas oficinas de fortalecimento, que envolvem as temáticas Avaliação e Elaboração de Projetos, Educação Ambiental, Educomunicação, Participação Política, Empreendedorismo e Fortalecimento Organizacional. Para tanto, foi confeccionada uma apostila para dar suporte às oficinas e promovidas oficinas preparatórias aos facilitadores do CJ que conduzem as mesmas.

As COM-VIDAS já apresentam seus frutos, estão preparando mais ações e as construídas recentemente já estão fazendo acontecer nas escolas, o que nos motiva cada vez mais nesta missão de levar a mensagem da melhoria da qualidade de vida e de ações reais começando pelo ambiente escolar, alcançando a comunidade e propagando o protagonismo juvenil.

O CJ/PA estabelece então sua articulação com a juventude dos 13 municípios envolvidos com o projeto, que também participaram do I Encontro Paraense da Juventude pelo Meio Ambiente com mais 16 municípios, que não puderam entrar no Projeto COM-VIDAS pelo Pará pelas limitações orçamentárias deste. Estamos antenados com 30 municípios do Estado, com grandes perspectivas de aumentar este número com o processo da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente - II ICNIJMA. Nosso desejo é disseminar núcleos locais de CJ nos municípios, pois, contamos hoje com somente oito núcleos locais além da capital.

Como forma de divulgar e disseminar nossas ações em prol deste novo olhar sobre a Educação Ambiental, apresentamos nossa experiência em momentos específicos da temática, como o I e II Encontro de Educação Ambiental de Belém, Conferências de Meio Ambiente, Encontros de estudantes universitários e de profissionais da área.

A cada passo dado, uma avaliação a ser feita. A cada atividade, um planejamento coletivo a ser elaborado. E com a certeza e cuidado de estarmos sempre dispostos e abertos a novos conhecimentos, vivências, sentimentos e trocas, o Coletivo Jovem de Meio Ambiente segue confiante de que precisamos cuidar de nosso Pará.

Referências Bibliográficas

FERRARO, Luiz Antônio Júnior (Org.). **Encontros e Caminhos: Formação de Educadores(as) Ambientais e coletivos educadores**. Brasília, MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

PHILIPPE, Pomier Layrargues (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre, Artmed, 2002.

REIGOTA, Marcos (Org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

_____. **Formando COM-VIDA Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: Construindo Agenda 21 na Escola**. Ministério da

Educação, Ministério do Meio Ambiente. Brasília, MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2004.

_____. **Revista Agenda 21 e Juventude**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, Coordenação da Agenda 21, 2007.

1- Ana Carla Tavares Franco é especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Estado do Pará- UEPa e bacharel em Administração pela Universidade Federal do Pará – UFPa.

MISSÃO TÉCNICA DE FORMAÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Projeto de Educação Ambiental na CPLP

Cláudia Sofia G. Martins ¹

São Tomé e Príncipe é um dos menores países do mundo, com uma população que não atinge os 160 mil habitantes, distribuídos desigualmente num território de 1001 km², em sete distritos – seis em São Tomé e um na ilha do Príncipe. Um primeiro olhar já atrai, pela beleza ofuscante e densa do verde que (ainda) cobre a ilha e pela serenidade do povo, que, 30 anos após a independência ainda luta por algumas das mais básicas necessidades ao ser humano, como água potável (num país onde chove mais da metade do ano) e energia. Chegou a ser o maior produtor de cacau do mundo, em inícios do século XX, até que finalmente a pressão dos círculos anti-esclavagistas britânicos surtiu efeito.

É um destino de luxo dos europeus, muitos dos quais acreditam que “a ilha da fantasia”, o “resort” no ilhéu das Rolas, onde passa a linha do Equador, é São Tomé. Não é. Metade do orçamento do Estado são-tomense provém de contribuição de países doadores e 90% do investimento no território é de origem estrangeira (CARVALHO & XAVIER, 2005).

Além da dependência do dinheiro da cooperação e das importações da maior parte dos bens alimentares consumidos, o país entrou numa espécie de “transe eufórico” quando veio a público que em suas águas territoriais haveria quatro milhões de barris de petróleo. A exploração ainda não começou mas parte do orçamento estatal já está empenhado por conta dessa extração.

Entre suas riquezas naturais conta-se a sua flora e a sua avifauna, sendo que 25 das 55 espécies de aves no país são endêmicas (ECOFAC, s.d.) e a floresta do Obô (do francês *haut bois*) ocupa o segundo lugar no topo das 75 florestas africanas com interesse biológico.

Quando se vê pessoas são tão férteis, a vontade é lhes plantar algo. Paulo Freire andou por São Tomé e Príncipe na década de 1970 e, ainda hoje, é uma referência e várias pessoas com que se cruza na rua foram multiplicadores de seu programa de alfabetização, reduzindo pela metade a taxa de analfabetismo no país (FREIRE & GUIMARÃES, 2003).

Vários pensadores locais repetem que avançar, individual ou coletivamente, depende de se assumir a própria identidade, de resgatar sentimentos de cidadania que se corromperam pela descrença em si mesmo e nas autoridades. São Tomé e Príncipe tem urgência em recuperar a sua velha tradição oral que lembra sua história de construção de um povo a partir de povos tirados violentamente ao continente africano, “uma tentativa de recriar uma africanidade anterior à colonização” (SEIBERT *apud* CARVALHO & XAVIER, 2005).

Quando se olham os princípios subjacentes à educação ambiental, de emancipação, pertencimento, alteridade, cidadania, e se lembra a dimensão deste país, o desejo é “sair plantando”.

Com espírito renovado de aproximação, embasado nas semelhanças socioambientais e parceria que já há vários anos existe entre Brasil e São Tomé, o Projeto de Educação Ambiental na CPLP espera poder contribuir com essa construção de uma sociedade cada vez mais global, pelo fortalecimento do local, do nacional, compartilhando as responsabilidades diferenciadas de cada país, na diversidade de cada população e indivíduo.

Uma das ações que podem facilitar o enfrentamento dos problemas ambientais em cada país é a constituição de espaços de comunicação e documentação ambiental, que

congregue material pedagógico e articule as experiências exitosas em educação e gestão ambiental nos oito países, através da comunicação entre eles. Esses espaços são materializados em Salas Verdes, ou Centros de Educação Ambiental, em cada país. Esse projeto já existe há vários anos no Brasil e dá seus primeiros passos nos demais sete países de língua portuguesa. Cada país terá, no âmbito do Projeto, duas Salas Verdes (uma governamental e outra não-governamental) cuja identidade, rosto e dinâmica terá que ser concebida e implementada individual, local, regional e nacionalmente, a fim de enriquecer a comunidade e torná-la mais projetada internacionalmente. Mais do que isso, a fim de viabilizar que cada cidadão seja sujeito de sua própria história, atuante, feliz.

As Salas Verdes de cada país, sua seleção e escolha dos responsáveis por sua gestão são indicadas pela pessoa referência da educação ambiental no seu Ministério do Ambiente, a quem formalmente nos referimos como ponto focal. A estrutura física da sala não obriga a critérios pré-definidos, sendo que o seu foco é no projeto pedagógico que constrói e conduz, a partir e com a comunidade no entorno, em primeira aproximação. O material pedagógico que disponibiliza deve reunir livros, mapas, DVDs, escolhidos pelos oito, preferencialmente provenientes dos oito e intercambiados. Podem ser produção ministerial, podem ser doação de parceiros ou aquisições. Da sala farão parte também computadores com ligação à *internet*, a fim de que a comunicação, a informação e a pesquisa sejam ampliadas e céleres.

Para ajudar o arranque na instalação das salas fazem parte das ações do Projeto missões presenciais nos países, para formação dos técnicos que coordenarão o espaço, ampliando o momento para outros atores locais que já estejam atuando na área da educação e do ambiente no país.

Se pensarmos nos países como pontos de uma rede, onde não existe uma hierarquia porque todos os pontos são igualmente colaboradores, participantes e contribuintes para um propósito comum, e as linhas que os conectam, articulam e interligam em um diálogo produtivo, correspondem à comunicação, que acontece a distância, que é estruturante e que deve ser permanente. A comunicação deve acontecer de todos com todos – “a comunicação não pode ser de mão única e a distribuição da informação deve se dar também de forma descentralizada e não linear” (WWF, 2004, p. 119). A principal fragilidade desta rede é a distância entre os pontos. Reconhece-se que, “o *mais poderoso*

“meio de comunicação” é, sem dúvida, a situação de conversação, seja ela entre duas pessoas ou num ambiente de grupo. Enumerar os motivos que sustentam tal afirmação seria exaustivo, mas basta ressaltar um aspecto, conexo aos princípios da rede, para justificá-la: a dinâmica complexa de realimentação (e, portanto, auto-regulação) mobilizada pelo contato físico-afetivo-simbólico entre seres humanos implicada na conversação. Cheiros, sinais corporais, imagens, imagens mentais, processos lógicos, são trocados de forma vertiginosa, não-linear e simultânea, quando duas ou mais pessoas empreendem um diálogo (WWF, 2004, p. 131).

Daí a importância das missões. Avaliando o progresso dos países, São Tomé e Príncipe já escolheu os espaços que alojarão as Salas Verdes, enviou os Termos de Compromisso estabelecido entre essas instituições e o Brasil, selecionou as pessoas que atenderão à sua gestão, em ambas as ilhas, começou a pensar quais publicações e outros materiais devem fazer parte do acervo, e já mapeou os atores locais que poderão ser formandos na atividade missão.

Assim, entre os dias 4 e 6 de agosto, no Instituto Superior Politécnico, na cidade de São Tomé, com o suporte institucional do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais, na pessoa do Diretor da Direção Geral do Ambiente, ponto focal do país para o Projeto, Arlindo Carvalho, com reconhecimento oficial dos ministros do Ambiente e da Educação, e com o respaldo da Embaixada do Brasil, aconteceu a missão-piloto em São Tomé.

Os objetivos subjacentes à formação resumem-se a: (i) contribuir para a formação de recursos humanos habilitados para planejar e implementar processos participativos locais de EA, interrelacionando-os com a construção dos Programas Nacional e CPLP de EA; (ii) estimular e apoiar a elaboração do PPP das Salas Verdes/CEA's do país; (iii) envolver os participantes no planejamento da proposta de campanhas educacionais voltadas à temática das mudanças climáticas globais; e, (iv) fomentar os sentimentos de pertença e de identidade na CPLP, por meio de ações coordenadas de enfrentamento dos problemas socioambientais globais.

Eram 22 formandos, representando 11 instituições diferentes, tanto do governo (Direção do Ambiente, Direção das Pescas, Direção dos Recursos Naturais e Energia, Ministério da Educação, Escola de Formação de Professores, Biblioteca Nacional), como da sociedade civil (Televisão São-tomense, Rádio São-tomense,

ONG Club das Nações, ONG Marapa, ONG Zatona-Adil, Fundação Criança e Juventude, Federação das ONG's). Professores do ensino formal, ponto focal para as mudanças climáticas, animadores e educadores populares, estavam no grupo, trabalhando ativamente nos três dias de formação.

As expectativas dos presentes ficaram claras na primeira troca de idéias no primeiro dia, e relacionavam-se com a formação pedagógica tanto dos professores quanto dos técnicos (incluindo jornalistas) na temática ambiental; com o aporte em conteúdo para uma reforma do sistema educativo que precisa acontecer no País, nas áreas da educação ambiental, da educação para a saúde, para os valores e para a cidadania responsável – tudo fatores fundamentais para o desenvolvimento sustentado de qualquer sociedade; também, com a preparação das comunidades, principalmente nas áreas rurais e piscatórias, como agentes e destinatários dos recursos naturais.

Porque o objetivo do Projeto não é levar uma educação ambiental pragmática e pronta, hegemônica, mas uma educação ambiental dialógica, diversa e emancipatória, os conteúdos e métodos usados perspectivaram essa construção coletiva.

Questões orientadoras foram suscitadas em reuniões problematizadora, tais como: sobre qual educação ambiental fundamentamos nossas ações? A quem atende, qual seu protagonismo e quão transversa ela é? Como transformar as demandas locais e anseios individuais e coletivos em ações concertadas, de interesse nacional e internacional? O que são salas verdes e como elas se distinguem de outros espaços de educação ambiental? Como potencializar o seu alcance? Ela pode responder, através de suas ações, projetos e programas produzidos/ induzidos, às mudanças sócio-ambientais globais?

Usando fortemente trabalhos em grupo, auxílios audiovisuais, como os vídeos das Salas Verdes de Maragogipe (BA) e Cananéia (SP), Brasil, e oficinas de futuro, foi possível trabalhar com intensidade os projetos político-pedagógicos de sete Salas Verdes hipotéticas - um exercício que socializou as assimetrias ambientais e sociais de distintos contextos de trabalho nas ilhas, tornando coletiva a interpretação dos desafios pontuais, as ambições e utopias individuais e o desenho de uma estratégia de possíveis caminhos/ soluções - a partir de seus marcos conceituais, situacionais e operacionais (BRASIL, 2005).

Da sistematização preliminar já feita até à data da edição deste boletim, emergiram resultados muito promissores, em termos de indicadores de interesse e de continuidade das ações nos países.

O grupo em São Tomé definiu a educação ambiental como o processo de formação e informação para educar, sensibilizar e mobilizar a sociedade para a proteção ambiental e conservação do meio; como uma ciência de informação e conhecimento, que agrega um considerável conjunto de ações que objetivam transformar a sociedade, tornando-a intrinsecamente digna. Apontou como objetivo maior uma mudança de mentalidade e comportamento, que torne o homem político em uma relação honesta com os recursos. Seu público e seus agentes devem incluir tanto governo quanto a sociedade civil, com a comunicação como meio e como fim. Concluiu que o protagonismo da educação ambiental deve contemplar a geração atual e a futura, e não ser polarizado, mas sinérgico entre todos os atores sociais. Ela começa dentro do indivíduo, mas precisa atingir os órgãos de tomada de decisão.

Os problemas ambientais trabalhados no grupo incluíram questões básicas de vivência humana e outras de uso dos recursos. Saneamento, energia, resíduos sólidos, desemprego, desflorestamento, extração de areia, analfabetismo, caça, crédito agrícola, foram desafios trazidos. E a educação ambiental como um instrumental fundamental para cada setor de atividades propor soluções mais condizentes com o contexto e com os limites ambientais atuais.

São Tomé e Príncipe é um jovem país com potencial incrível de deter em si mesmo a capacidade de estruturar políticas públicas que o tornem mais justo e equitativo em termos sociais e ambientais. Esta missão-piloto deixou evidente que os são-tomenses querem e podem fazer isso. O "leve-leve" que se ouve em cada esquina, como se tratando da "mentalidade do homem são-tomense" não cabe a quem acredita que não pode mais se isentar de sua responsabilidade, independente de quão difícil isso for de executar. As boas relações existentes entre Brasil e São Tomé só podem viabilizar isso com maior efetividade. Os encaminhamentos de demandas nesse sentido devem tornar esse pequeno país insular mais empoderado da construção de seu futuro. Este é o fim último de um projeto de sociedade. Como dizia Holliday (2006), "qualquer prática social transformadora tem intenções, apostas, desenvolvimentos e resultados que definitivamente servem de inspiração, ilumina-

ção ou advertência a outras práticas semelhantes” (HILLIDAY, 2006: p. 31). Que este momento de cooperação entre países seja um exemplo do que é possível e inspirador fazer.

Referências bibliográficas

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/BRASIL. **Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e Salas Verdes**. 1.ed.DEA/MMA. Brasília, 2005..

CARVALHO, A.M.; XAVIER, A. **São Tomé e Príncipe**. In: VISÃO. África – 30 anos depois. Amadora: Edimprensa, 2005. cap. 5.

ECOFAC. Disponível em <http://www.ecofac.org/Composantes/SaoTomePrincipeObo.htm>. Acesso em 03 set. 2008.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **A África ensinando a gente**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HOLLIDAY, O.J. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA-Brasil, 2006.

WWF-Brasil. **Redes – Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. 2. ed. Brasília: WWF-Brasil, 2004.

¹ Cláudia Sofia G. Martins é engenheira agrônoma, formada pelo Instituto Superior de Agronomia UTL - Lisboa, e coordenadora do projeto Educação Ambiental na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP -, através do DEA/MMA.

EDUCOMUNICAÇÃO: de movimento popular a ciência

Eliany Salvatierra Machado¹

O campo acadêmico da comunicação no seu processo de auto-avaliação e reflexões epistemológicas tem tratado o termo comunicação relacionado aos Meios de Comunicação de Massa - MCM - e suas habilitações estão voltadas a formação profissional para o mercado. Nessa perspectiva as discussões sobre Educomunicação, no Brasil, ligam a Educomunicação ao uso dos meios na educação. Mas, quando o termo foi apresentado pela primeira vez, na conclusão do Projeto Perfil², o objetivo era legitimar um ofício, uma prática que nasce nos movimentos populares e não em uma habilitação acadêmica.

Nas pesquisas do Projeto Perfil, Ismar Soares (1999) defendeu que um novo campo de intervenção emerge, mas ele ainda não estava relacionando a Educomunicação a um campo acadêmico. A conclusão do projeto Perfil aponta para a legitimação de um ofício que já era desempenhado na América Latina, aliás, a meta desse projeto foi justamente reconhecer este tipo de atividade. Tanto na Venezuela como no Uruguai, Argentina, Chile, Cuba e Brasil pessoas chamadas de comunicadores populares a partir da década de 1960 desenvolveram projetos com comunidades rurais, urbanas, indígenas etc, com o objetivo de promover a expressão popular através dos meios de comunicação ou através de práticas artísticas (nesse sentido o teatro estava muito presente) e para essas atividades deu-se o nome de processos comunicacionais ou trabalhos desenvolvidos em Comunicação e Educação.

Alguns dos projetos, tal como Cassete Fórum desenvolvido por Mário Kaplún, teve como objetivo usar a comunicação, bem como os meios para a organização popular – entende-se aqui popular enquanto grupos organizados, comunidade de bairro, associações, sindicatos, ligados a classe trabalhadora. O objetivo não era

produzir programas para serem veiculados na programação da Rádio comercial, mas contribuir com a formação da comunidade.

Na América Latina, vários comunicadores populares foram formados em oficinas, seminários, encontros dos movimentos populares e não nas graduações universitárias. A motivação na maior parte dos casos veio de Paulo Freire, mas não para o uso dos meios de comunicação de massa, mas para o uso da comunicação enquanto processo comum a todos, como diálogo, capacidade de expressão e direito a comunicação³.

Não é à toa que Soares afirma que a Educomunicação não nasce na universidade, mas da prática e principalmente da militância – nasce de processos políticos e ideológicos. O objetivo do comunicador popular não era utilizar os meios, ao contrário, no período de 1960 a 1980 o objetivo era denunciá-los. No período da década de 1980 é que as orientações mudam, pois as estratégias políticas mudam, as pesquisas no campo acadêmico da comunicação apontam novos olhares e os próprios comunicadores populares repensam as suas práticas.

Soares quando apresenta o termo é para nomear que o campo de intervenção existe e que o ofício deveria ser reconhecido academicamente. O que se entende por campo de intervenção neste caso? Campo que atua através de práticas comunicacionais no contexto social, através de estratégias políticas, de projetos com a comunidade, com a educação informal⁴ e formal. Intervir não para fazer parte dos MCM – Meios de Comunicação de Massa. Intervir para provocar mudanças sociais. Nesse sentido o termo campo de Bourdieu pode até ser usado, mas não como referência a um campo acadêmico, como campo de intervenção – com

práticas diversas e às vezes até contraditórias.

Foi com a expansão das novas tecnologias que o campo acadêmico da comunicação e a área da educação começaram a se interessar pela comunicação, mas inicialmente por uma comunicação voltada para uso dos meios na educação e posteriormente como processo educacional.

A chamada Comunicação popular não nasce na academia, mas pode ser reconhecida por ela.

“De certo modo, pode-se dizer que é um modelo gestado na América Latina. Mas, recebeu valiosas contribuições de pedagogos e sociólogos europeus e norte americanos, na nossa região Freire e outros educadores imprimiram com clareza a orientação social, política e cultural e a elaboraram como uma ‘pedagogia do oprimido’ como uma educação para a democracia e um instrumento para a transformação da sociedade”⁶ (KAPLÚN, 1998).

Logo no início do livro *Una pedagogia de la comunicaci3n – el comunicador popular*, Mário Kaplún (1998) afirma que quando fazemos Comunicação Educativa estamos sempre buscando, de uma forma ou de outra, um resultado formativo. A produção da mensagem, na perspectiva de Kaplún, seria para que os destinatários tomem consciência da sua realidade, para que se suscite uma reflexão, para gerar uma discussão, ou seja, para que ocorra o processo de formação e transformação. Nesse sentido, os meios de comunicação são concebidos como instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador.

Na visão de Mário Kaplún, cada tipo de educação tem o seu correspondente em uma determinada concepção, em uma determinada prática de comunicação. Por isso ele estudou a relação das concepções consideradas fundamentais e as subdivide em duas categorias:

- | | |
|---|---|
| Modelo exógeno
(educação = objeto) | - 1. Educação com ênfase nos conteúdos
(educação = objeto) |
| | - 2. Educação com ênfase nos efeitos |
| Modelo endógeno
(educando = sujeito) | - 3. Educação com ênfase nos processos |

A educação 1 enfatiza os conteúdos e corresponde à educação tradicional. Baseia-se na transmissão de conhecimentos e valores de uma geração à outra, do professor ao aluno, da elite instruída às massas ignorantes. A Educação

com ênfase nos efeitos ou a também chamada, segundo Kaplún, de “engenharia do comportamento”. Consiste essencialmente em “moldar” a conduta da pessoa com objetos previamente estabelecidos.

A Educação com ênfase nos processos destaca a importância do processo de transformação da pessoa e das comunidades. Não se preocupa tanto com os efeitos da comunicação, no que diz respeito ao comportamento, mas se preocupa com a interação dialética entre as pessoas e a realidade, com o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e da consciência social. Por isso o seu nome é “processual”.

Mário Kaplún compara três modelos educacionais com três formas de conceber a comunicação. Para ele, assim como existiu a Educação Bancária, existiu também a Comunicação Bancária que concebia, e em alguns casos ainda concebe, o processo comunicacional como transmissão de informação – que é o velho e conhecido esquema da Comunicação: Emissor (E) que envia a sua mensagem (M) a um receptor (R) .

A segunda comparação foi realizada entre a Educação dos Efeitos e a Comunicação Persuasiva. Nessa segunda perspectiva, o comunicador é, para Kaplún, uma espécie de arquiteto da conduta humana, planejando reações do público receptor. O terceiro modelo, o endógeno, está totalmente focado na pessoa e enfatiza o processo. O terceiro modelo, fundamental para entender a educomunicação, é basicamente referenciado em Paulo Freire. É denominado de educação libertadora ou transformadora: ação reflexão ação.

Baseado no livro *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire, o terceiro modelo tem como pressuposto central a educação para a democracia e como instrumento para a transformação da sociedade. Suas bases são a práxis, “reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformá-lo”⁷.

O objetivo dessa concepção é assumidamente de formação e transformação. Educacionalmente a concepção é a seguinte: um educador – educando com um educando – educador. Acredita-se que ninguém se educa sozinho; os homens se educam entre si mediados pelo mundo. “Essa trajetória na qual os homens se educam entre si é precisamente o processo educativo” (KAPLÚN, 2002, p. 45).

A ênfase no processo significa ver a educação como um processo permanente onde o sujeito

vai descobrindo, elaborando, reinventando, fazendo do conhecimento algo seu. Um processo de ação-reflexão-ação que o educando produz a partir de sua realidade, a partir da sua experiência, desde sua prática social, juntamente com todos os outros que participam desse processo.

Os pressupostos da educação processual são, declaradamente por Kaplún, fundamentados em Paulo Freire. O papel do educador, na educação processual, é de acompanhar o educando, estimular o processo de análise e reflexão para facilitar, mas também para aprender e construir junto. A estratégia é a problematização, que deve auxiliar a pessoa a desmistificar sua realidade, tanto física como social. Logo, Mario Kaplún entendia que a realidade popular era mistificada.

A proposta na perspectiva processual é “aprender a aprender”, para que o educando consiga raciocinar por si mesmo, para que ele consiga superar as constatações meramente empíricas e imediatas das práticas que o rodeiam (consciência ingênua). É uma tentativa de fazer com que o educando consiga desenvolver a sua própria capacidade de deduzir, relacionar, de elaborar sínteses (consciência crítica). Contudo, consciência crítica em Kaplún está relacionada com as concepções de Paulo Freire e não as da chamada “Escola de Frankfurt”, que também tinham como perspectiva a consciência crítica.

O modelo apresentado por Kaplún para a Comunicação Popular baseia-se na participação ativa do sujeito no processo educativo e tem a perspectiva de formar para a participação social. A aprendizagem, para o autor, ocorre justamente na participação, no envolvimento, na investigação, fazendo perguntas, buscando respostas, problematizando e principalmente problematizando-se. “A aprendizagem ocorre no vivido, no que é recriado, no que se reinventa e não somente no que se lê e se escuta [...] A aprendizagem somente ocorre quando é processual e quando também há gestão dos educandos” (KAPLÚN, 2002, p. 46).

Questão do erro – Para Kaplún, na educação processual o erro não é excluído, não se vê o erro como falha. Assume-se como uma etapa necessária na busca, no processo que procura a verdade. Nessa concepção não há erro, mas aprendizagem. Assume-se o erro como força geradora, problematizadora. “Sabe-se que sem crise dificilmente há crescimento” (KAPLÚN 2002, p. 47).

O educando participa do processo para se formar refletindo e agindo. No processo de

formação, o objetivo não é expor ao sujeito-educando o que o faz acrítico, alienado na sua visão de mundo de dominado. Mas o processo não oculta as contradições entre a visão de mundo e a outra perspectiva, democrática e libertadora, de cuja construção participa. “Para que haja um processo de transformação real, é necessário que os estereótipos e os hábitos do homem dominado aflorem a sua consciência e ele vá, pouco a pouco, revisando-os criticamente” (KAPLÚN 2002, p.47).

A educação nessa perspectiva nunca é individual, mas sempre grupal. “Ninguém se educa sozinho”, mas através de experiências compartilhadas, na integração com os outros. Esse tipo de educação pode até utilizar recursos audiovisuais ou outros recursos tecnológicos. Não para reforçar conteúdos, mas sim para problematizar e estimular discussões, diálogos, reflexões e a participação.

As metas, nos níveis psicossocial e cultural da Comunicação Popular, são:

- favorecer a tomada de consciência do educando em relação à sua própria dignidade, seu valor como pessoa; e
- ajudar que o sujeito da classe popular supere seu “sentimento apreendido” de inferioridade, recomponha sua auto-estima e recupere a confiança em suas capacidades criativas.

É uma educação comprometida com o social, principalmente comprometida com os excluídos e que se propõe a contribuir com a sua libertação. Sua mensagem central é a liberdade essencial que todo homem tem que realizar. O seu objetivo é de que o sujeito pense e que esse pensar o leve a transformar a sua realidade.

A educação sempre ocorre em grupo. Educar em grupo não significa que o educador não deva passar informações. O educador popular deve passar as informações sempre que for necessário, mas problematizando, e as informações sempre devem responder a uma prévia problematização, a uma necessidade que o grupo sente, a uma pergunta que o grupo se formula, a uma busca, a uma inquietação.

Se essa inquietação não existe, a primeira tarefa do educador popular é despertá-la, fazer com que as perguntas surjam, problematizar. Somente assim a informação contribuirá. Somente assim, o grupo vai incorporar as perguntas, fazê-las suas.

Para Kaplún somente o diálogo comunica. Comunicação em Kaplún é representada da seguinte forma: a raiz da palavra Comunicação é

do latim communis = colocar em comum, algo com o outro. É a mesma raiz de comunidade, de comunhão. Expressa algo que se compartilha, que se tem ou se vive em comum. Segundo o pesquisador, foram os norte-americanos os grandes propulsores da Comunicação e principalmente do equívoco que dominou os meios de comunicação social como comunicação, que no princípio eram chamados somente de “mass media”, meios massivos ou de massas. Mas, depois, para legitimar-se e afirmar o seu prestígio, eles mesmos se autodenominaram “meios de comunicação social” se apropriando do termo comunicação (KAPLÚN 2002, p.54).

A forma de operar os meios se converteu em modelo referencial, em paradigma de comunicação. Para estudá-lo foi construída toda uma Teoria da Comunicação que se centrava exclusivamente na transmissão de sinais de mensagens. Dessa forma, de acordo com Kaplún, ao invés de partir das relações humanas, foi a técnica, a engenharia, a eletrônica e as poderosas empresas proprietárias dos meios que impulsionaram a forma de conceber a comunicação. O autor explica que outra forma que também contribuiu para a redução do conceito de comunicação é o caráter autoritário e hierárquico de nossa sociedade. A relação emissor–mensagem–receptor descreve uma forma correta, um feito que é permanente no centro da nossa sociedade autoritária e estratificada. É assim que se comunicam:

o chefe com seus subordinados;
o empresário com os trabalhadores;
o oficial com os soldados;
o professor com os alunos;
o pai de família com seus filhos;
o governador com os governados;
o grande jornal com seus leitores;
o rádio e a televisão com seus usuários;
a classe dominante com a dominada;
as grandes potências com os povos do Terceiro Mundo...

Os setores populares não querem continuar sendo meros ouvintes; eles querem falar e também querem ser escutados, querem ser interlocutores (KAPLÚN, 2002, p. 57). “No fundo das concepções de comunicação apresentadas o que há é uma questão básica que a humanidade enfrenta que é definir o que entendemos por comunicação, equivale a dizer em que classe de sociedade que queremos viver” (KAPLÚN 2002, p. 57).

Comunicação dominadora	Comunicação democrática
Monólogo	Diálogo
Poder	Comunidade
Vertical	Horizontal
Unidirecional	De dupla via
Monopolizada	Participativa
Concentrada nas minorias	A serviço das majorias

Todo receptor é um emissor, define Kaplún. Todo ser humano está dotado e tem faculdades para ambas as funções – emitir e receber – e tem o direito de participar do processo de comunicação, atuando alternativamente como emissor e receptor. Por isso, Mario Kaplún defende também que o comunicador popular deva conhecer a linguagem dos meios para poder usá-los, dando assim voz aos educandos.

BIBLIOGRAFIA

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 12ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KAPLÚN, Mario. **Una Pedagogia de la Comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

SOARES, Ismar de Oliveira. 'Gestión de la Comunicación em el Espaço Educativo (o los desafios de la Era de la Información para el sistema Educativo)' in GUTIERREZ, Alfonso. **La formación del profesorado em la Sociedad de la Información**. Valladolid: Universidad de Segovia, 1998.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**. São Paulo: NCE–ECA/USP. 2004.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais**. In Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Educação e Arte – nº 2. Brasília: UnB, 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. Revista Comunicação & Educação n. 19. São Paulo: Segmento/ECA-USP, 1996.

1 Eliany Salvatierra Machado é doutoranda em Ciência da Comunicação na ECA-USP, mestra em Ciência da Comunicação com habilitação em Rádio e TV (2002), especialista em Filosofia da Educação pela UFMS (1996) e graduada em Ensino das Artes pela UFMS (1994). Atualmente é pesquisadora no NCE - Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP, professora da Fundação Cásper Líbero e da FAMEC - Faculdade Montessori.

2 Projeto de pesquisa executado pela ECA/USP entre 1997-99 com o título "A inter-relação Comunicação e Educação no âmbito da Cultura Latino-americana – O Perfil dos pesquisadores e especialistas na área". Relatório FAPESP – processo 96/07259-2, São Paulo.

3 Está justamente na dificuldade de dominar o repertório acadêmico a escassez de textos e intervenções ditas acadêmicas por parte dos comunicadores populares. Nesse sentido, Ismar de Oliveira Soares, Gabriel Kaplún e Jorge Huergero têm realizado várias contribuições, já que eles dominam o texto acadêmico e fazem parte da academia.

4 A educação não formal define-se como uma atividade educacional organizada e sistemática, levada a efeito fora do marco de referência do sistema formal, visando propiciar tipos selecionados de aprendizagem a subgrupos particulares da população sejam adultos ou crianças. In: ALVES, Patrícia Horta apud GOHN, Maria da Glória.

5 "En cierto modo, se puede decir que es un modelo gestado en América Latina. Aunque recibió valiosos aportes de pedagogos y sociólogos europeos y norteamericanos, en nuestra región Freire y otros educadores le imprimen su clara orientación social, política y cultural y la elaboran como una 'pedagogía Del oprimido', como una educación para la democracia y un instrumento para la transformación de la sociedad." In.: Mário Kaplún, Uma pedagogia de la comunicación – El comunicador popular, p.45

6 Os pressupostos aqui apresentados foram publicados por Kaplún pela primeira vez em 1985. À época da publicação era relevante marcar as diferentes concepções de comunicação.

7 Cabe comentar que esse também é o pressuposto central para Soares: através da reflexão e principalmente da capacidade de ação humana, o ser humano pode transformar o meio ao qual ele pertence.

EVENTOS

2 FÓRUM REGIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - VALE DO AÇO

TEMA: Aquecimento global e limites da biosfera
LOCAL: Ipatinga - MG - Auditório do CDP Usiminas
DATA: 05 e 06 de setembro
INSCRIÇÕES: consultar o *site* www.ecofuturismo.com.br
REALIZAÇÃO: Instituto Eco-Futurismo e Usiminas

XII CREAD MERCOSUR/SUL - Congresso Internacional de Educação a Distância

TEMA: Educação a distância e cidadania: um caminho para a justiça social
LOCAL: Rio de Janeiro - RJ - Centro de Convenções SulAmérica
DATA: 05 a 08 de outubro
INSCRIÇÕES e REALIZAÇÃO: consultar o *site* www.cread2008.com.br

VI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCOMUNICAÇÃO

TEMA: Meio Ambiente, Jornalismo e Educomunicação
LOCAL: São Paulo - SP - SESC Vila Mariana
DATA: 28 a 30 de Outubro
INSCRIÇÕES: consultar o *site* <http://www.simpósioeducom.blogspot.com/>
REALIZAÇÃO: NCE/USP, SESC/SP, Canal Futura, IJIC / Suíça
APOIO: DEA/MMA - prevê o lançamento do texto-base da Educomunicação Socioambiental durante o evento.

PRÊMIO VON MARTIUS DE SUSTENTABILIDADE - EDIÇÃO 2008

TEMA: Prêmio que reconhece projetos de todo o Brasil que promovam o desenvolvimento econômico, social e cultural, alinhado com o conceito de desenvolvimento sustentável.
LOCAL: Curitiba - PR
DATA: 11 de novembro
INSCRIÇÕES: podem ser feitas até dia 26 de setembro
REALIZAÇÃO: para esta e demais informações acesse www.premiovonmartius.com.br

I ENCONTRO REGIONAL DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL - MÍDIA, SUSTENTABILIDADE E ENERGIA

TEMA: Discutir o *marketing* verde das empresas, o projeto oficial dos bio-combustíveis que impactará o interior do Estado e a transversalidade da pauta ambiental.

LOCAL: SESC de Bauru - SP

DATA: 05 a 07 de novembro

INSCRIÇÕES: ainda não divulgada

REALIZAÇÃO: Grupo de Estudos de Jornalismo Ambiental da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, Instituto Vidágua/Mata Atlântica e o Jornal da Cidade

SEMINÁRIO IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

TEMA: Diversos palestrantes discutirão os impactos ambientais trazidos pelas atividades humanas assim como os diversos métodos e instrumentos que têm sido propostos para amenizá-los.

LOCAL: Piracicaba - SP

DATA: 11 e 12 de setembro

INSCRIÇÕES: consultar o site www.casadafloresta.com.br

REALIZAÇÃO: Casa da Floresta Assessoria Ambiental Ltda.

VIII ENCONTRO VERDE DAS AMÉRICAS

Conferência das Américas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

TEMA: Mudanças Climáticas, Amazônia, Florestas e Biodiversidade, o desafio do Desenvolvimento com a Sustentabilidade Energética, Biotecnologia e Segurança Alimentar, Meio Ambiente Urbano e Áreas de Riscos, entre outros.

LOCAL: Brasília - DF

DATA: 09 a 11 de setembro

INSCRIÇÕES: consultar o site www.greenmeeting.org/

REALIZAÇÃO: para esta e outras informações consultar o site

FORO TBILISI + 31

Visiones Iberoamericanas de la Educación Ambiental en México

LOCAL: UCEA, Universidad de Guanajuato «» Guanajuato Capital México

DATA: 24 a 26 de setembro

MAIORES INFORMAÇÕES acesse: www.foroeducacionambientalmexico.org.mx

REALIZAÇÃO: Asociación Internacional de investigadores en Educación Ambiental
Association International de Chercheurs en Éducation relative à Environnement
International Association of Investigators for Environmental Education

PRÊMIO CHICO MENDES DE MEIO AMBIENTE - EDIÇÃO 2008

Premiar iniciativas exemplares na Amazônia significa muito para o Departamento de Articulação de Ações da Amazônia, da Secretaria Executiva, do Ministério do Meio Ambiente. Tudo que se deseja é superar modelos predatórios e danosos ao meio ambiente por outros racionais, sustentáveis, que minimizam impactos sobre o bioma Amazônico, convivendo em harmonia com a preservação da fabulosa biodiversidade característica dessa região.

Enquanto alguns ainda insistem em desmatamentos ilegais e abusivos, outros desenvolvem atividades a partir da floresta em pé, rios saudáveis, ambiente limpo. Foi assim que o MMA anunciou, em dezembro de 2001, o Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente.

CATEGORIAS: Liderança individual, Associação Comunitária, Organização Não-Governamental, Negócios Sustentáveis, Educação Ambiental (nova) e Município (nova).

REGULAMENTO E FICHA DE INSCRIÇÃO acesse:

<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=59&idMenu=2466>

INSCRIÇÕES: 01 a 30 de setembro (via Correio)

PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS ECOSSOCIAIS (PPP-ECOS) destinará cerca de um milhão de dólares para projetos de uso sustentável da biodiversidade e fortalecimento de comunidades tradicionais no Cerrado

Os recursos serão doados a organizações civis, sem fins lucrativos, escolhidas por meio do edital divulgado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

CATEGORIAS: Cada entidade poderá concorrer a projetos de até 35 mil dólares para iniciativas inéditas. Serão contemplados projetos no bioma Cerrado e nas áreas de transição para Caatinga, Amazônia, Mata Atlântica e Pantanal. As organizações que já possuem experiência e projetos com resultados e impactos positivos comprovados e que possam ampliar a escala de sua atuação poderão pleitear até 50 mil dólares. A escolha dos projetos se dará por meio de um comitê gestor nacional com representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e universidades

EDITAL E INFORMAÇÕES: disponível em www.ispn.org.br

INSCRIÇÕES: prazo final para o envio das propostas é o dia 13 de outubro.

REALIZAÇÃO: O PPP-ECOS existe no Brasil há 14 anos e é executado por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os recursos são do *Global Environment Facility* (GEF/ONU) e apoio da Comissão Européia. Com 14 editais lançados até 2008, o PPP-ECOS já apoiou 262 projetos em comunidades de 14 estados brasileiros e Distrito Federal. Durante sua existência, o programa investiu cerca de 6,2 milhões de dólares no bioma. O Instituto Sociedade, População e Natureza é o coordenador administrativo do programa.

**ANIVERSÁRIO DO CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
AMBIENTAL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

O CID-Ambiental comemora em outubro seus 10 anos e convida a todos a conhecerem mais de perto as atividades que desempenha. O CID é um centro de informação ambiental responsável pela memória institucional do Ministério do Meio Ambiente e disponibiliza, distribui e facilita o acesso à documentação produzida pelo Ministério, bem como outras instituições afins, visando democratizar e disseminar a informação ambiental.

LOCAL: Esplanada dos Ministérios, bloco B, térreo
Brasília/DF/Brasil

CONTATO: E-mail: cid@mma.gov.br
Tel: 55 xxx (61) 3317-1235/1512/1219
Fax: 55 xxx (61) 3317-1980



CURSOS

CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Centro de Capacitação em Conservação da Natureza
GBV - Grupo Brasil Verde

DATA: 20 e 21 de setembro, 18 e 19 de outubro e 15, 22 e 23 de novembro

HORÁRIO: das 09:00 às 13:00 e das 14:30 às 18:30

VAGAS: 40

PREÇO: R\$ 170,00

INFORMAÇÕES/INSCRIÇÕES: através do e-mail
centrodecapitacao@grupobrasilverde.org

FIEMA BRASIL 2008

Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente

Jornada técnica Ambiental: Gestão Municipal

1º Congresso Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente

LOCAL: Bento Gonçalves/RS

DATA: 29 de outubro a 01 de novembro

HORÁRIO: das 13:00 às 20:00 horas

INFORMAÇÕES/INSCRIÇÕES: através do *site*: www.fiema.com.br

Título: Gestão de áreas protegidas: processos e casos particulares

Autor: PAZ, Ronilson José da; FARIAS, Talden

Resumo: O biólogo, professor e analista ambiental do IBAMA, Ronilson José da Paz, e o advogado ambientalista, Talden Farias, lançaram o livro Gestão de Áreas Protegidas: Processos e Casos Particulares. Publicado pela Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, o livro está dividido em quinze capítulos, escritos por pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento, abordando as várias facetas das áreas protegidas no Brasil. Além da abordagem multidisciplinar, que procura focar a questão ambiental a partir da perspectiva das Ciências Exatas, das Ciências da Natureza e das Ciências Sociais, é importante destacar as contextualizações econômica, política e social que foram dadas aos assuntos em cada capítulo, quando se priorizou o estudo de casos práticos e a análise crítica dos assuntos.

Para obter maiores informações sobre o livro Gestão de Áreas Protegidas: Processos e Casos Particulares, e outras publicações do Professor Ronilson Paz, basta acessar o sítio eletrônico <http://www.ronilson-paz.net>.

Título: Impressões do cerrado e pantanal: subsídios para a observação de mamíferos silvestres não voadores

Autor: MAMEDE, Simone

Resumo: Aborda o tema dos mamíferos de dois dos ecossistemas mais impressionantes e singulares do planeta: o cerrado e o pantanal. O Cerrado é um ambiente heterogêneo, definido pela quantidade de árvores e pela vegetação herbácea. O Pantanal constitui o ambiente úmido mais extenso do mundo e um dos habitats mais produtivos e heterogêneos do planeta. Esta obra está baseada em uma extensa experiência e profundo conhecimento dos autores sobre os mamíferos do cerrado e do pantanal e sobre programas de educação ambiental e turismo contemplativo.

Título: Paradigmas da exclusão social

Autor: CALIMAN, Geraldo

Resumo: Concebido para a formação de educadores, a obra mostra que adolescentes e jovens durante seu percurso formativo se encontram diante de um conjunto de necessidades e desafios provenientes da sociedade em que vivem. A sociologia do desvio e da marginalidade, além da sociologia da delinquência juvenil e a sociologia da toxicod dependência, tendem a clarificar os fenômenos que envolvem violência, mal-estar social e comportamentos transgressivos. O livro pretende ser um instrumento que forneça aos estudantes e pesquisadores algumas categorias interpretativas de tais fenômenos sociais que condicionam e afetam a situação juvenil.

Título: Caderno Impactos sobre o meio ambiente do uso de animais para alimentação

Autor: Sociedade Vegetariana Brasileira

Resumo: Pecuária e desmatamento; pesca industrial e colapso de espécies oceânicas; aquicultura e destruição de manguezais; suinocultura e poluição de lençóis freáticos; criação de animais para consumo humano e aquecimento global. Essas e outras relações perigosas estão presentes no caderno Impactos sobre o meio ambiente do uso de animais para alimentação, produzido pela Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB). Com o respaldo de fontes como FAO, ONU, WWF e IBGE, o caderno revela em que medida a produção industrial de carnes compromete a sustentabilidade em nosso planeta.

Obtenha o caderno diretamente no site da SVB:

<http://www.svb.org.br/vegetarianismo/downloads/livros/impactos-sobre-o-do-uso-de-animais/download.html>

Título: RECICLADINHO e sua turma em: educação ambiental, é dever, é legal
São Paulo: DDM, 2008. 62p.

Resumo: Projeto de educação ambiental, através da criação de um personagem chamado “Recicladinho”, onde o mesmo, de uma forma didática, apresenta os ciclos da vida, aborda a questão das águas, poluição e dá dicas de como as crianças podem se relacionar com o meio ambiente, sem degradá-lo.

Título: Pé na água: uma abordagem transfronteiriça da Bacia do Apa

Autor: BROCH, Synara Olendzki; MEDEIROS, Yara; SOUZA, Paulo Robson de

Resumo: Produto do Projeto Pé na Água, originalmente planejado para dar suporte pedagógico e técnico-científico aos educadores da região da Bacia do Apa. Localiza e caracteriza o Chaco em território brasileiro, aprofunda a discussão sobre políticas públicas e aspectos da legislação, enfocando essa bacia.